

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
POLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GLAUCIA DE OLIVEIRA CLAUDIO

**OS ESPAÇOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES - RJ**

Campos dos Goytacazes-RJ  
2018

GLAUCIA DE OLIVEIRA CLAUDIO

**OS ESPAÇOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES - RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador:  
Prof. Dr. Leandro Bruno Santos

Campos dos Goytacazes – RJ  
2018

GLAUCIA DE OLIVEIRA CLAUDIO

**OS ESPAÇOS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE CAMPOS DOS  
GOYTACAZES - RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Data da defesa: 29 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Leandro Bruno Santos (Orientador) – UFF

---

Prof. Dr. Luiz de Pinedo Quinto Junior - IFF

---

Prof. Msc. Henrique Ferreira Batista - SEEDUC

Campos dos Goytacazes  
2018

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus a quem eu devo a minha vida, autor e consumidor da minha fé, por se fazer presente em cada detalhe.

Agradeço, também, aos meus familiares, principalmente os meus pais Francinete Claudio e Everaldo Claudio, os meus avós Flauzina Gomes e João Gomes e meu irmão Jhone Claudio, por não medirem esforços para que eu realizasse o sonho de cursar Geografia numa cidade, até então desconhecida, situada à 275km de distância de casa. Serei eternamente grata e espero honrar sempre a confiança e o apoio que depositam em mim.

Meu agradecimento também aos meus amigos que estiveram, direta e indiretamente, torcendo por mim e oferecendo apoio emocional, em especial aqueles que compartilharam comigo cada momento: Ameliana, Bruno Abreu, Polyanna e Sabrina, vocês foram essenciais durante esta jornada. A minha eterna gratidão a Polyanna e sua mãe dona Auxiliadora, por me acolherem num dos momentos de crise que mais ameaçaram minha permanência na universidade. Posso dizer que ganhei uma família de coração.

Agradeço, também, a Universidade Federal Fluminense pelo privilégio de conhecer novos lugares, mas principalmente por ter a oportunidade de aprender com professores excepcionais que demonstram nas aulas o amor pela profissão. Amor esse que vi de perto na família NERU (Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos), na qual expressei minha imensa gratidão, por me acolherem e por vibrarem em cada conquista.

Em especial, minha gratidão ao meu orientador, Leandro Bruno Santos, que desde o primeiro momento, quando expressei interesse pela pesquisa, sempre se mostrou presente e não mediu esforços em oferecer total apoio, que sem dúvida alguma, foram essenciais para que eu sempre buscasse dar o melhor de mim.

Agradeço, ainda, a PROAES pela concessão de bolsas de apoio acadêmico essenciais para minha permanência no campus.

## RESUMO

Nos últimos anos, notamos uma crescente valorização do território como base para análise e implementação de políticas públicas. É essencial abordar processos que ocorrem no território, sobretudo os que envolvem exclusão social, pobreza e desigualdade. Nesta pesquisa, buscamos contribuir com a produção e a leitura de indicadores sociais territorializados, dando visibilidade às áreas de inclusão e exclusão social. Nosso recorte espacial é a cidade de Campos dos Goytacazes-RJ que, apesar da sua relevante dinâmica econômica, apresenta um cenário de muitos contrastes sociais, numa construção histórica representada pela elevada exclusão social. No perímetro urbano, essa exclusão se materializa no próprio território, com áreas com elevada concentração de indicadores de pobreza, juntamente com a falta/ausência de acesso a serviços públicos de saneamento, baixos níveis de escolaridade, além da distribuição desigual de renda. Os dados utilizados referem-se àqueles disponibilizados pelos Censos Demográficos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos anos de 2000 e 2010. O nosso levantamento, por setores censitários, levou em conta quatro áreas temáticas: I. Demografia; II. Educação; III. Economia; IV. Ambiente. E, dentro destas temáticas, foram selecionadas as principais variáveis, que foram distribuídos espacialmente com a finalidade de entender a exclusão social, numa tentativa de identificar se houve ou não mudança nas áreas de inclusão e exclusão nos respectivos anos e reconhecer e analisar áreas nas quais a exclusão social ainda é presente, seu grau e tipo. Esse procedimento se deu a partir da elaboração de mapas temáticos, mediante a representação cartográfica de diversos mapas de inclusão/exclusão social, a partir do uso de softwares livres e abertos (Qgis, Phildigit e Philcarto). Nosso principal objetivo é oferecer à comunidade que se encontra em situação de exclusão, suporte para reivindicação de melhorias, assim como apresentar ao poder público um material que viabilize melhor conhecimento do território campista, com o intuito de contribuir para a construção e entendimento de indicadores que sejam de fácil compreensão, de modo a suportar a ação efetiva visando à diminuição da desigualdade social, objetivando a elaboração e execução de políticas públicas adequadas às necessidades dos mais desfavorecidos. Com base nos indicadores, espacializamos os dados e verificamos a concentração de setores marcados pela elevada exclusão ao norte da cidade, tendo como grande divisor o Rio Paraíba do Sul. Esta comparação tem como intuito mostrar que, apesar dos indicadores apresentarem semelhança, mesmo que próximos, quanto mais distantes do centro, mais esses setores passam a mostrar seus traços de exclusão social.

**Palavras-chave:** Exclusão Social. Políticas Públicas. Campos dos Goytacazes.

## ABSTRACT

In recent years, we have noticed a growing appreciation of the territory as a basis for the analysis and implementation of public policies. It is essential to address processes that occur in the territory, especially those involving social exclusion, poverty and inequality. In this research, our objective is to contribute to the production and reading of territorialized social indicators, giving visibility to the areas of inclusion and social exclusion. Our place of study is the city of Campos dos Goytacazes - RJ, which, despite its relevant economic dynamics, presents a scenario of many social contrasts, in a historical construction represented by high social exclusion. In the urban perimeter, this exclusion materializes in the territory itself, with areas with a high concentration of poverty indicators, along with lack of access to public sanitation services, low levels of schooling, and unequal income distribution. We used data provided by the Demographic Census conducted by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) for the years 2000 and 2010. Our survey, by census tracts, took into account four thematic areas: I. Demography; II. Education; III. Economy; IV. Environment. Within these themes, the main variables were selected, which were spatially distributed in order to understand social exclusion, in an attempt to identify whether or not there was a change in the areas of inclusion and exclusion in the respective years and to recognize and analyze areas in which social exclusion is still present, its degree and type. This procedure was based on the creation of thematic maps, through the cartographic representation of several maps of social inclusion / exclusion, using free and open software (Qgis, Phildigit and Philcarto). Our main objective is to offer the community that is in a situation of exclusion, support to claim improvements, as well as to present to the public power tools that enable better knowledge of the territory, in order to support effective action aimed at reducing social inequality, objectifying the elaboration and execution of public policies adapted to the needs of the most disadvantaged. Based on the indicators, we spatialize the data and verify the concentration of sectors marked by the high exclusion to the north of the city, having as great divisor the Paraíba do Sul River. This comparison intends to show that, although the indicators show similarity, even if close, the more distant from the center, the more these sectors begin to show their traces of social exclusion.

**Keywords:** Social exclusion. Public policies. Campos dos Goytacazes.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Configuração do espaço urbano de Campos – padrão centro-periferia.....	32
Figura 2 - Localização das usinas de açúcar em Campos dos Goytacazes.....	34
Figura 3 - Arco de Valorização Fundiária.....	59
Figura 4 - Áreas de homicídio de jovens e adolescentes, Campos dos Goytacazes.....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Campos dos Goytacazes - RJ..	37
Tabela 2 - Estrutura Etária da População - Município - Campos dos Goytacazes – RJ.....	37
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Campos dos Goytacazes – RJ.....	39
Tabela 4 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Campos dos Goytacazes - RJ .....	40
Tabela 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Campos dos Goytacazes - RJ .....	40
Tabela 6 - Indicadores e variáveis selecionados .....	42

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização geográfica do município de Campos dos Goytacazes .....	5
<b>Mapa 2</b> - Setores censitários da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ .....	6
Mapa 3 - Bairros - Campos dos Goytacazes - RJ.....	24
Mapa 4 - Indicador de Demografia - Média de moradores por domicílio em 2000.....	43
Mapa 5 - Indicador de Demografia - Média de moradores por domicílio em 2010.....	44
Mapa 6 - Indicador de Economia - Responsáveis com até 2 SM no ano de 2000 .....	46
Mapa 7 - Indicador de Economia - Responsáveis com até 2 SM no ano de 2010 .....	47
Mapa 8 - Indicador de Economia - Responsáveis com mais de 20 SM no ano de 2000.....	48
Mapa 9 - Indicador de Economia - Responsáveis com mais de 20 SM no ano de 2010.....	49
Mapa 10 - Indicador de Economia - Responsáveis sem rendimento em 2000.....	51
Mapa 11 - Indicador de Economia - Responsáveis sem rendimento em 2010.....	52
Mapa 12 - Indicador de Ambiente - Domicílios com acesso à rede de esgotono ano de 2000 .....	53
Mapa 13 - Indicador de Ambiente - Domicílios com acesso à rede de esgoto no ano de 2010 .....	54
Mapa 14 - Indicador de Ambiente - Domicílios sem acesso a banheiro no ano 2000 .....	55
Mapa 15 - Indicador de Ambiente - Domicílios sem acesso a banheiro no ano 2010 .....	56
Mapa 16 - Indicador de Ambiente - Domicílios com 4 ou mais banheiro no ano 2000.....	57
Mapa 17 - Indicador de Ambiente - Domicílios com 4 ou mais banheiro no ano 2010.....	58
Mapa 18 - Indicador de Educação - Responsáveis alfabetizados no ano 2000 .....	60
Mapa 19 - Indicador de Educação - Responsáveis alfabetizados no ano 2010 .....	61
Mapa 20 - Indicador de Educação - Jovens de 10 a 14 anos alfabetizados no ano 2000 .....	62
Mapa 21 - Indicador de Educação - Jovens de 10 a 14 anos alfabetizados no ano 2010 .....	63

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>1. EXCLUSÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL</b> .....	<b>10</b>
1.1 Os efeitos da globalização .....	10
1.2 Exclusão social e a pobreza no cenário brasileiro .....	14
1.3 Segregação socioespacial/Exclusão social/Reclusão territorial .....	19
<b>2. CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A FORMAÇÃO DA PERIFERIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES</b> .....	<b>24</b>
2.1 Breve histórico e expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes.....	25
2.2 Planos urbanísticos, higienismo e expansão urbana .....	28
2.3 Surgimento das periferias em Campos dos Goytacazes.....	30
<b>3. ÁREAS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES</b> .....	<b>36</b>
3.1 Evolução dos indicadores sociais nas últimas décadas.....	36
3.2 Indicadores de exclusão social por setores censitários.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Problemas como desigualdade e exclusão social são fortemente interligados e, em países com grande dimensão espacial como o Brasil, são importantes para entendermos as condições de vida e cidadania. Tais dimensões engendram maior diversidade territorial, de modo que os fenômenos assumem características específicas em cada lugar, ao sabor das diferenças culturais, políticas, históricas, ambientais. Ao mesmo tempo, são também encontrados traços gerais do movimento da formação sócio-espacial brasileira, entre elas a desigualdade social.

Neste trabalho, nosso propósito é construir um debate teórico ao redor da leitura de processos de inclusão e exclusão social, pobreza e desigualdades em cidades médias. Segundo Carvalho (2003), o crescimento das cidades médias pode ser notado pelo aumento dos centros intermediários próximos às Regiões Metropolitanas. A exclusão social acompanha, indissociavelmente, este crescimento das cidades médias, carregando consigo todo caráter de desigualdade social. Para ele, “tomar a exclusão social como eixo articulador das diversas questões decorrentes das desigualdades sociais é reconhecer a íntima imbricação das precárias condições de vida de amplos segmentos sociais” (CARVALHO, 2003, p. 5).

Nas cidades médias, a exclusão social apresenta particularidades que pretendemos identificar nesta pesquisa, pois o padrão de urbanização de cidades médias acarreta outra forma de configuração de bens e serviços, numa escala distinta daquelas que aparecem nas Regiões Metropolitanas. Carvalho (2003, p. 3), ao tratar a exclusão social e o crescimento das cidades médias, mostra que a maneira como os mecanismos deste processo de alta tecnologia - que envolvem tanto tecnologias de ponta desde a produção até o consumo e informação - entra em divergência com “a fragilização das suas economias, tornando ainda mais vulneráveis significativos segmentos sociais que acabam sendo empurrados para as periferias urbanas das grandes metrópoles e, mais recentemente, para as chamadas cidades médias”.

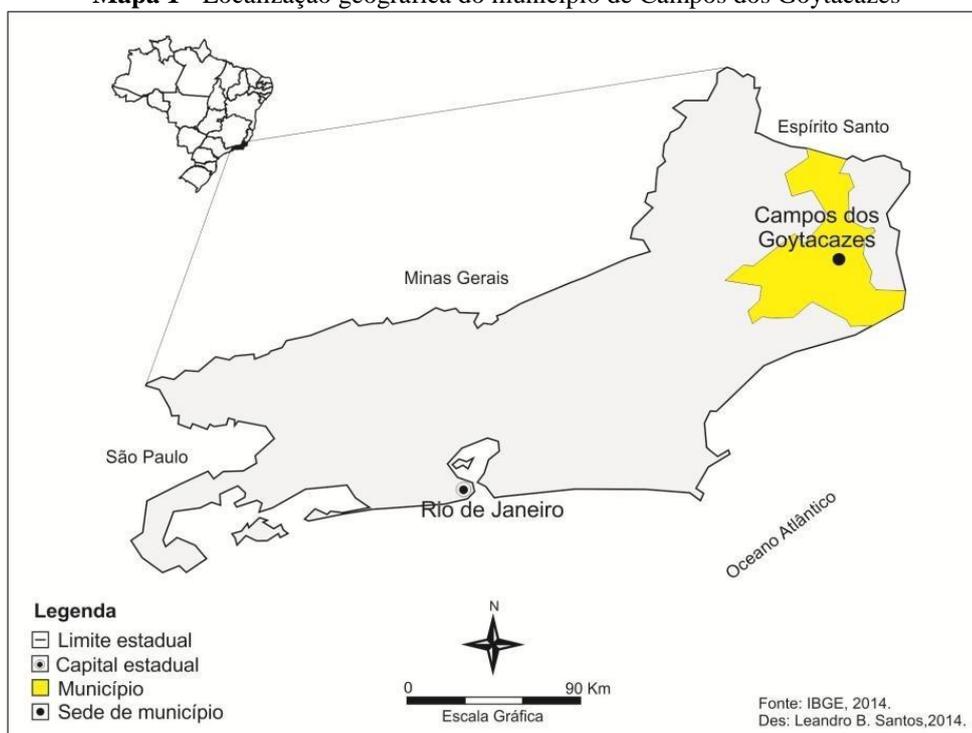
Para Vieira (2009), o que diferenciaria a exclusão social em cidades médias seria a forma como ela se estruturaria. O autor faz uso da percepção de Santos (1993, 1994), em que o *espaço banal* aparece como o local das contradições e desigualdades sociais, as quais, segundo Vieira (2009), aparecerão de forma mais perversa nas cidades médias, determinadas pelo Poder Público Municipal e pelo mercado imobiliário. Porém, em contradição com Milton Santos, de que as cidades médias seriam receptoras de um modo de vida, atrativo para as classes médias e que os mais pobres seriam destinados às grandes metrópoles, não seria exatamente, assim, pois tal percepção pode fazer cairmos na ideia de que, em cidades médias, a pobreza aparece em casos isolados, o que não é verdade, pois “as classes sociais se

distribuem espacialmente, dividindo o espaço intra-urbano em território da exclusão social e inclusão social” (VIEIRA, 2009, p. 26).

A pobreza, que antes se configurava pela migração do campo para a cidade, é em sua maioria, uma pobreza urbana, que passa a adquirir outra roupagem, surgindo não apenas nas grandes cidades, mas também em cidades médias, marcada pela forte exclusão dos grupos sociais menos favorecidos do processo produtivo, formada por uma população que num primeiro momento é originária do campo, e a pobreza se dá sob uma “combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 35). Estes grupos, por não terem conhecimento dos seus direitos e deveres, ficam à mercê deste jogo de poder que domina o espaço e consequentemente exclui a população mais pobre dos seus direitos a uma qualidade de vida de forma digna, tirando do seu controle o poder de fazer cumprir sua cidadania.

Dentro desse contexto, utilizaremos como recorte espacial o município de Campos dos Goytacazes, que está situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, contando com 4.026,696 km<sup>2</sup> de extensão e com cerca de 463.731 habitantes, dos quais 418.565 são urbanos e o restante, 44.166, residentes no espaço rural (mapa 1).

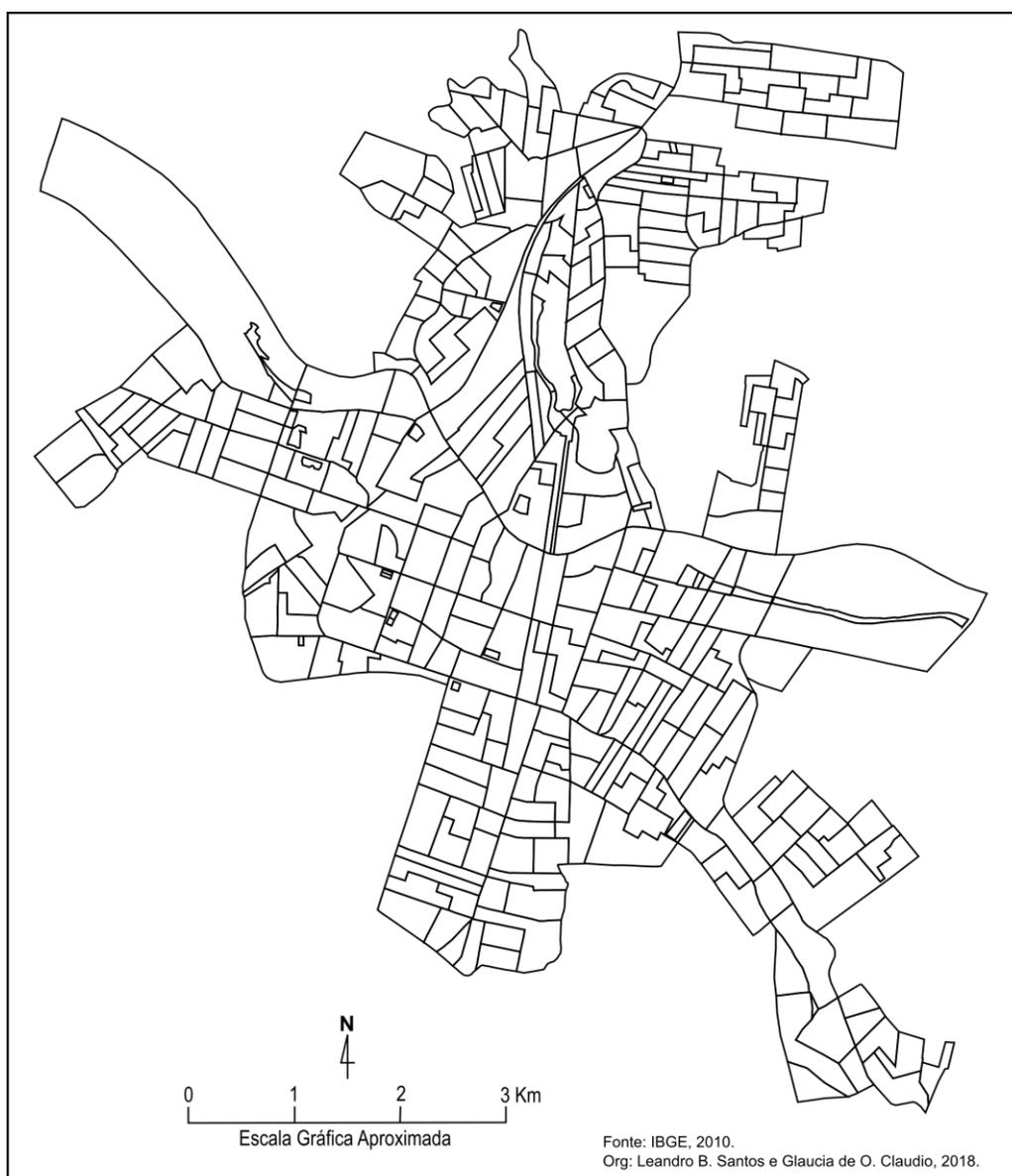
**Mapa 1 -** Localização geográfica do município de Campos dos Goytacazes



A cidade de Campos dos Goytacazes é marcada por profundos contrastes sociais, com a desigualdade sendo uma marca característica da paisagem urbana. O município detém um dos

maiores Produto Interno Bruto (PIB) do estado e do país, mas também apresenta uma desigualdade social das mais elevadas. Com o trabalho, buscamos contribuir com a produção e a leitura de indicadores sociais territorializados da Cidade de Campos dos Goytacazes, dando visibilidade às áreas de inclusão e exclusão social. A identificação das áreas de exclusão e inclusão social foi feita por meio do levantamento de dados secundários e construção de indicadores sociais, fazendo uso dos dois últimos censos de 2000 e 2010 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por setores censitários (mapa 2).

**Mapa 2** - Setores censitários da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ



**Fonte: IBGE, 2018.**

Para fins de levantamento dos dados, distribuimos nossas variáveis em quatro setores, a saber: I. Demografia (média de pessoas por domicílio por setor, chefes de família de 10 a 19 anos por setor), II. Educação (taxa de analfabetismo de 10 a 14 anos, % de chefes de família com baixa escolaridade – 4 anos de estudos); III. Economia (chefes de família com renda de até 2 salários mínimos, chefes de família sem rendimento, chefes de família com 20 ou mais salários mínimos); IV. Ambiente (% de domicílios sem banheiro, % de domicílios com 4 banheiros ou mais, % de domicílios ligados à rede de esgoto).

O levantamento dos dados e a construção dos indicadores não se restringem a fatores econômicos (renda e mercado de trabalho), incluindo o acesso bens e serviços públicos. O recorte temporal de dois censos censitários, a nosso ver, permite identificar se houve mudanças nas áreas de inclusão e exclusão social, mediante representação cartográfica dos setores censitários da Cidade de Campos dos Goytacazes. A partir da produção de mapas temáticos, temos como finalidade contribuir com a elaboração de políticas públicas, mediante a elaboração de mapas de inclusão/exclusão social, por variável selecionada, desenvolvidos com o uso de softwares livres e abertos (Qgis e Philcarto).

Os procedimentos metodológicos utilizados incluem leitura e levantamento bibliográficos sobre temas relacionados à temática proposta (desigualdade social, exclusão e inclusão social, pobreza, políticas públicas, elaboração de indicadores etc.), levantamento de dados secundários nos censos censitários (2000 e 2010) e demais plataformas do IBGE, sistematização e análise de dados dos dados secundários, observação aleatória e sistemática nos espaços marcados por exclusão.

Para darmos início ao embasamento teórico, partiremos da contribuição de alguns autores. Paul Singer (1999) examina a exclusão social e a desigualdade no Brasil tendo como partida a distribuição de renda em categorias estruturais. Vieira (2009) aborda a exclusão social para além da pobreza e desigualdade, fazendo uma análise dos impactos que circundam a desigualdade. Para Simon Schawrtzman (2004), as causas da pobreza estariam relacionadas às formas como o Estado seria o detentor de responsabilidade em torno da distribuição mais igualitária de bens e serviços, sendo a exclusão desses serviços provocada por uma falta de atenção dada por um Estado conservador.

Martins (1997, 2000) traz a importância do uso do termo exclusão social, por meio de uma visão crítica de uma imprecisão que tal termo carrega consigo. Carvalho (2003) examina a exclusão social e o crescimento das cidades médias provocado pela globalização. Haesbaert (2004) propõe chamarmos de reclusão territorial as diferentes formas de precarização

socioespacial que estariam vinculadas ao enfraquecimento do poder estatal que passa a agir em prol de uma dinâmica econômica que se encontra sobre o domínio de grupos hegemônicos. Santos (2000, 2007) destaca que o espaço do cidadão tem sido ofuscado pelo consumo e o direito do cidadão tem sido confundido com a ideologia pregada pelo capitalismo, fazendo com que passe despercebido o direito de voz da sociedade em relação às ações que ocorrem no seu entorno. Isso reflete em situações básicas de moradias, direito ao saneamento básico, escolaridade digna e renda.

Num primeiro momento, após levantamento dos dados e sua sistematização sob a forma de mapas temáticos, foram realizadas comparações entre setores censitários de alguns bairros campistas que se destacaram quanto aos indicadores selecionados dentro do perímetro urbano de Campos dos Goytacazes. Observamos que os setores censitários marcados por exclusão social se encontram ao lado norte às margens do Rio Paraíba do Sul, no distrito de Guarus, em bairros Parque dos Prazeres, Parque Guarus, Parque São Mateus, entre outros. Esta comparação tem como intuito mostrar que, apesar dos indicadores apresentarem semelhanças, mesmo que estes setores não estejam próximos, quanto mais se afastam do centro da cidade, mais eles passam a mostrar seus traços de exclusão social, principalmente do lado norte do rio. Vale ressaltar que tal processo não ocorre de forma homogênea, por conta da forte atuação do setor imobiliário na cidade que tem contribuído para a desigualdade socioespacial.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, abordamos temas como a exclusão e a segregação socioespacial, subdivididos em três subcapítulos, os quais tratam dos efeitos da exclusão e da desigualdade desencadeados pela globalização, a configuração territorial da exclusão e segregação no contexto brasileiro e as diferenças entre segregação Socioespacial, Exclusão social e Reclusão territorial, com o intuito de mostrar a escolha de tal tema para a pesquisa, numa busca por identificar as matrizes excludentes que circundam a exclusão social e ao mesmo tempo entender que esta não é apenas caracterizada por bens materiais, senão que faz parte de um contexto político em que a sociedade se encontra.

No segundo capítulo, enfatizamos a configuração do espaço urbano e a formação histórica da periferia da cidade de Campos dos Goytacazes, pois entendemos que é de suma importância compreender como se deu o desenvolvimento da cidade e suas dinâmicas urbanas. O capítulo encontra-se dividido em três subcapítulos, primeiramente realizamos uma breve revisão histórica da cidade, partindo do século XIX, quando as atividades na cidade começam a se intensificar. Em seguida, identificamos os processos que contribuíram para a

configuração e a expansão da cidade, tendo como recorte uma análise dos principais planos urbanísticos que serviram para moldar o espaço urbano. Na terceira parte, mostramos quais os principais processos que levaram à formação das periferias campistas, e como estas se configuram na cidade.

No terceiro e último capítulo, compilamos e analisamos dados secundários sobre indicadores sociais de Campos dos Goytacazes, visando entender a dinâmica de alguns indicadores nas últimas décadas (populacional, trabalho, renda, IDHM etc.). Em seguida, realizamos uma análise dos indicadores selecionados na pesquisa a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, disponibilizados por setores censitários. Com isso, logramos identificar os espaços marcados por exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes.

Ao final, constam as considerações finais, com os principais resultados, bem como as referências contendo as obras utilizadas para a redação deste trabalho.

## **1. EXCLUSÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Inicialmente, serão abordados os efeitos que a globalização tem sobre a exclusão social, utilizando-se a concepção de Singer (1999), para quem a exclusão e a desigualdade social são provenientes de um sistema capitalista de produção no âmbito global e com impactos sobre o território brasileiro. Uma das suas principais características é o desemprego causado pela flexibilização da produção e do trabalho, que surge a partir Terceira Revolução Industrial ou mudança de modelo de desenvolvimento (designação da Teoria da Regulação), provocando a desconcentração e descentralização do capital, com formação de empresas-rede e empresas em rede. Sposito (2004) destaca que os processos de desconcentração e descentralização impactam diretamente nos centros urbanos, acentuando a desigualdade e exclusão social.

Ao longo do capítulo, procuramos entender como ocorrem a desigualdade e a exclusão social no contexto brasileiro, a partir de concepções estruturais e individualistas, em que a pobreza é prevalente entre indivíduos com menor grau de escolaridade, com falta de políticas de inclusão adequadas que contribuam para que tal exclusão e desigualdade social sejam minimizadas. Em seguida, mostramos as semelhanças e as particularidades que estão presentes em termos como exclusão, segregação, reclusão, a fim de melhor compreender estes processos espacialmente. Ao final, inserimos as discussões para o contexto das cidades médias, a fim de entender como estes processos irão se estruturar em cidades médias, como Campos dos Goytacazes.

### **1.1 Os efeitos da globalização**

Partimos do que Singer (1999) compreende como sendo um dos propulsores dos processos de desigualdade e exclusão social, ao mostrar que o desemprego tem relação com o processo de globalização econômica, em diversos países e também no Brasil. A globalização que, num primeiro momento, é vista como portadora de facilidades de acessos e oportunidades, passa a ser percebida não apenas de maneira positiva, a partir do momento que são analisados também os seus impactos sociais e territoriais.

O desemprego é um destes impactos que acabam refletindo numa desigualdade e exclusão social que vem sendo acentuada não somente em países desenvolvidos, mas

também naqueles que adotaram uma série de reformas ou rodadas de neoliberalização (BRENNER, PECK e THEODORE, 2012) favoráveis ao capital estrangeiro em seus territórios, como vem ocorrendo em países periféricos. Vale ressaltar, assim como coloca Singer (1999), que as empresas de países hegemônicos vislumbram, em países periféricos, as vantagens de exploração do trabalho e da legislação mais flexível, onde a mão-de-obra é abundante e os custos com salários são baixos.

Martins (1997) chama atenção para o seguinte fato, “o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista”, não sendo produto, propriamente, de um projeto neoliberal. Este ganha força no Brasil como “um programa de desmonte do Estado clientelista e patrimonialista”, especialmente a partir dos anos 1990. Apesar de seu papel no aumento da exclusão social, com a diminuição do papel do Estado na redução das disparidades, é preciso ter como pano de fundo a “sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo e todos sejam lançados às leis de mercado” (MARTINS, 1997, p. 30).

Ou seja, o mesmo sistema capitalista que vai atuar excluindo a todos em algum momento, é o mesmo que vai atuar incluindo a sociedade a uma lógica capitalista que atenda seus interesses. E, quando analisada a atual sociedade brasileira, vemos que a mesma se encontra num quadro de exclusão não apenas do que diz a uma economia moderna, mas também excluída de serviços públicos, ocasionando processos de exclusão social e econômicas que “tendem a ser muito mais violentos e traumáticos do que situações de inclusão limitada” (SCHWARTZMAN, 2004, p.31).

Essa lógica de exclusão e posterior inclusão têm a ver com a circulação do capital, em que são necessárias algumas condições para sua reprodução enquanto sistema econômico, tais como tendência de disseminação da propriedade privada, assalariamento, controle da natureza, entre outros. Esse processo é denominado, por Smith (1988), de tendência de igualização, grande responsável pelo desenvolvimento desigual do sistema econômico sobre o espaço.

Dialogando com Sposito (2004), vemos que, em países “periféricos”, sob o bojo da chamada nova divisão internacional do trabalho, ocorre a “internacionalização do capital”, desencadeando não mais apenas numa desigualdade que diz respeito ao comércio internacional, senão também relacionada aos processos de produção e distribuição. Nesses países, a descentralização do capital se faz presente, através da realização de uma produção que, apesar de ser a mesma apresentada em países centrais, apresenta desigualdades, tendo em vista que os retornos que estes países “periféricos”

irão ter em relação ao valor do que é produzido em seu território não se compara com o de países centrais.

Singer (1999) faz uma análise das consequências da Terceira Revolução Industrial, a partir da flexibilização criada por meio de microcomputadores, permitindo a desconcentração e descentralização do capital. Se, antes, estava restrito apenas aos grandes capitais, agora passa a ser acessado por pequenos empresários, trabalhadores autônomos e cooperativas, que visualizam a flexibilização como saída num momento em que os trabalhos formais já não apresentam garantia necessária para uma grande parcela da população. Porém, tal processo pode acarretar a falta de leis e contratos coletivos e, assim, as empresas podem atuar de acordo com a flexibilização sem que seja de sua responsabilidade a garantia dos direitos trabalhistas. Consequentemente, temos a precarização do trabalho, que atinge tanto os países centrais, como também mostra sua força nos países periféricos, incluindo trabalhadores formais e aqueles que buscam inserir no mercado de trabalho.

Segundo Martins (2002), o desemprego seria a situação social na qual o indivíduo encontra-se mais longe de alcançar o que seria essencial para que passe a fazer parte de uma sociedade que busca uma “igualdade jurídica”, sem a qual não seria possível que suas forças de trabalho sejam comparadas à mercadoria, fazendo parte de um processo de produção que o torne vendedor de sua força de trabalho e se tornando parte de um processo de produção que cada vez mais exige qualificações, tornando-o “sujeito às injunções do mercado” (MARTINS, 2002, p. 28).

A chamada “nova pobreza”, que “atinge fundamentalmente a classe média, sob a forma de menor demanda por força de trabalho com qualificações tradicionais e, sobretudo, de redução muito violenta da remuneração real deste tipo de trabalhador” (SINGER, 1999, p. 31). A partir disto, segundo Sposito (2004), irá surgir “o espaço como concretização-materialização do modo de produção determinante, no caso o capitalista, e a cidade de como uma manifestação desta concretização” (SPOSITO, 2004, p. 64). A autora lembra que este espaço não pode ser entendido como único e muito menos dividido entre campo e cidade, pois o que se tem é uma ampla articulação de ambos, onde a cidade depende do campo para sua existência, e também o campo depende da realização de serviços que estão concentrados no urbano.

Sposito (2004) coloca que, ao chamarmos estes países de Terceiro Mundo, os inserimos numa hierarquização e num entendimento de que estariam num processo de desenvolvimento, processo semelhante àquele experimentado pelos países chamados de

Primeiro Mundo, e caímos numa questão de que “os “problemas” urbanos do chamado Terceiro Mundo seriam superados pelas mesmas vias de superação encontradas pelo capitalismo industrial para as cidades européias do século passado” (SPOSITO, 2004, p. 68). Em países chamados subdesenvolvidos, precisamos pensar para além das etapas de desenvolvimento. Na verdade, eles são marcados por outra forma de articulação, envolvendo uma economia global, sobre uma “base de desenvolvimento capitalista monopolista” dependente dos jogos de poder dos países hegemônicos.

Sendo assim, segundo Sposito (2004), é impossível analisar o urbano em países “periféricos” tendo o mesmo viés que o dos países ditos de Primeiro Mundo, pois, apesar de haver a semelhança dos seus ritmos de crescimento, em países “periféricos”, a urbanização ocorre “pelo grau de integração à economia capitalista”, numa dominação e controle econômico que ultrapassam as fronteiras físicas de um país.

No território brasileiro, possuidor de uma dimensão continental, a cidadania estaria mais vinculada ao nível local, dando, assim, importância aos lugares como espaço vivido repleto de experiências e de trocas. Para Santos (2000),

O território tanto quanto o lugar, são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, 2000, p.55-56).

Esta esquizofrenia ocorre porque cada ator e agente social atuam no lugar de acordo com sua perspectiva e realiza a comunicação com os demais por meio de técnica e produção na qual podem ocorrer ruídos entre as interações.

Problemas são provocados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, surtindo efeitos nas cidades, ocasionando problemas advindos de uma “urbanização acelerada nos países de economia dependente, e suas cidades manifestam todo tipo de problema, relacionados ao ‘inchaço’ populacional que vivem” (SPOSITO, 2004, p. 70-71),

Nas grandes cidades, a falta de habitações, de água encanada, de esgotos, de creches, escolas, hospitais, transportes coletivos e até de áreas de lazer dão uma mostra ampliada das dificuldades que podem ser detectadas, ainda que em escala menor, até mesmo nas cidades de cinquenta mil habitantes dos países de economia dependente (SPOSITO, 2004, p. 72).

Sposito (2004), com base nas ideias de Castells, salienta que o desenvolvimento apresentado pelos países ditos periféricos é dependente, podendo ser classificado a partir de três tipos de dominação proveniente do modo de produção, a saber: dominação

colonial, dominação capitalista comercial e dominação imperialista industrial e financeira. Segundo a autora, atualmente, o Brasil encontra-se sobre o domínio deste terceiro tipo de dominação apresentado,

[...], pois é grande o grau dos investimentos realizados; há o desenvolvimento de uma indústria local; e controle dos movimentos de substituição de importações e estratégias estabelecidas de para a remessa de lucros pelos grupos internacionais (SPOSITO, 2004, p. 70).

Tais consequências aparecem nos centros urbanos, por meio do que Singer (1999) analisa como sendo uma das duas concepções que circundam a questão política do que seria a exclusão social, que “pode ter causas individuais bem como estruturais” (SINGER, 1999, p. 65). Na concepção individualista, a exclusão social seria consequência das instituições que se opõem às atividades econômicas em prol dos trabalhadores.

Na concepção individualista, cabe ao indivíduo buscar seu sucesso, logo, seu fracasso também estaria de acordo com suas escolhas. Enquanto os estruturalistas, baseados nas perspectivas marxistas e keynesianistas, acreditam que há um jogo econômico que produz vencedores e perdedores, sendo a desigualdade um processo decorrente da economia. Para amenizá-lo, seria necessário um equilíbrio justo de renda - direta ou indiretamente -, não tirando do Estado a responsabilidade, já que, para os estruturalistas o capitalismo estaria longe de buscar tal inclusão social. Com isso, “[...] ambas as concepções são importantes. Estruturas sociais e econômicas assim como as instituições importam e o comportamento individual também” (SINGER, 1999, p. 82).

## **1.2 Exclusão social e a pobreza no cenário brasileiro**

Martins (1997) propõe que, ao usarmos o termo exclusão, precisamos levar em conta que tal termo abrange uma gama de problemas que são camuflados e levados a redução, numa generalidade que abrange todo e qualquer problema que envolva a sociedade. O termo leva a distorções e dificuldades de análise específica de cada problema na qual se pretende apresentar e buscar as devidas soluções. O primeiro ponto levantado pelo autor é que a exclusão não existe, porque determinado grupo ou indivíduo da sociedade está vinculado às formas produtivas, fazendo parte, portanto, de uma “inclusão precária e instável, marginal” (MARTINS, 1997, p. 26). Para ele, a

exclusão levaria a um discurso equivocado com conseqüente empobrecimento da interpretação do que seria o uso de tal termo.

[...] a palavra exclusão indica uma dificuldade, mas que uma certeza – revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que constitui o objeto da nossa preocupação – a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos os que estão procurando identidade e um lugar aceitável na sociedade. Portanto, a palavra exclusão nos fala, possivelmente, de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que, não faz muito tempo, todos chamávamos de pobreza (MARTINS, 1997, p.28).

O problema da exclusão estaria então no arquétipo e no tempo em que a sociedade leva para ser inserida em tais formas produtivas, pois “o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que se encontra para ser incluído, é um modo que implica certa degradação” (MARTINS, 1997, p. 32). Isso tem dificultado cada vez mais a inclusão da população que se encontra marginalizada, em situações precárias, a um padrão de vida que acompanhe o desenvolvimento econômico do país. E, o que era antes visto como um processo de transição de uma exclusão para uma inclusão, torna-se o próprio modo de vida dessa população, que, amiúde, não consegue visualizar, em seu meio, perspectiva de melhora para condições de vida.

Santos (2000) aborda três definições de pobreza, sendo elas: a pobreza incluída, que ocorre em alguns momentos do ano; a marginalidade, que é produzida pela divisão do trabalho e conhecida como sendo uma doença da civilização; e a terceira, a pobreza estrutural, que ocorre de forma globalizada mas está mais presente em países periféricos com alto índice de desemprego e baixas remunerações, onde a atuação do poder público não dá a devida importância às questões sociais, sendo assim “uma pobreza perversa, generalizada, permanente, global” (SANTOS, 2000, p.35). E tal processo irá contribuir para uma “naturalização da pobreza” que seria justamente esta produzida por atores globais e com auxílio dos agentes nacionais, principalmente a não atuação desses em prol daqueles mais pobres que são excluídos de trabalhos e educações qualificadas, ou seja, fazem parte de uma pobreza que é produzida.

Schwartzman (2004) mostra as antigas maneiras de se classificar a pobreza: “a pobreza involuntária – e por isso digna – dos órfãos, doentes e viúvas, e a pobreza voluntária – e por isso indigna – das pessoas saudáveis que não queriam trabalhar para se manter”. (SCHWARTZMAN, 2004, p.15). Ao trazer para a discussão as classes que

aparecem com o capitalismo – burguesia e proletariado –, temos uma visão mais clara de como a pobreza surge na figura do proletariado que estaria numa posição privilegiada da pobreza a partir do momento em que desempenhasse seu papel na divisão social do trabalho. Seria dever do “Estado de bem-estar social” oferecer suporte para a diminuição da pobreza – tanto desses considerados privilegiados, quanto daqueles que se encontravam marginalizados – e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade da burguesia.

Este modelo passou a ser implementado no Brasil no século XX, e os pobres considerados indignos aparecem no contexto brasileiro em maior número, contribuindo para que esta pobreza fosse naturalizada. Ou seja, as causas da pobreza tratadas como estruturais são resultado da “exploração do trabalho pelo capital”, da absorção dos recursos públicos pela elite e da alienação provocada por esse sistema de exploração que não deixa o indivíduo possuir consciência de classe.

Para Schwartzman (2004), o papel do Welfare State brasileiro, numa combinação de estruturas de poder, garantiria a harmonia entre os segmentos da sociedade, em que as hierarquias, vistas como uma característica comum, existiriam nos mais distintos segmentos sociais, mantendo as mais variadas formas de organizações. Contudo, o que deveria prevalecer é o interesse comum e não os interesses privados. Tal modelo apresentava também a figura do Estado paternalista, seguindo os princípios igualitários que, além de atuar cuidando do bem-estar da população - principalmente daqueles que careciam de amparo econômico e social, por estarem fora do sistema produtivo -, o Estado atuaria também na forma de “submissão e de subserviência”, provocando o paradoxo da desigualdade. Apesar de haver o apontamento de medidas que garantam o Welfare State, há também aqueles que não consideram a distribuição de benefícios sociais como centrais, enfatizando apenas a ampliação de benefícios para apenas uma pequena parcela da população.

Lembrando que tal sistema de paternalismo surge como sendo “a única alternativa de atendimento às necessidades sociais cada vez mais prementes”, porém, quando ocorre a mudança para um regime democrático, tal sistema passa a ser absorvido como “uma dívida voluntária e não-requerida”, numa via de mão dupla entre aqueles que se apropriam de apoio político perante a sociedade a partir do momento que são feitas “as demandas articuladas por direitos e benefícios”. O que tem esbarrado na dificuldade de redistribuição equitativa de benefícios sociais, a partir do momento em que se tem a redução global dos gastos sociais provocados por uma deficiência de separações em

“proposições de agências internacionais de modificações nos sistemas de distribuição de benefícios, em nome da equidade, das demandas dessas mesmas agências de ajuste fiscal e contenção de gastos públicos” (SCHWARTZMAN, 2004, p.28).

O segundo aspecto que dificultaria o sistema de ser executado seria a questão do desemprego estrutural, apresentado sem nenhuma perspectiva de solução futura. Tal desemprego seria provocado,

[...] pelos níveis crescentes de competitividade da economia internacional e pelos avanços da tecnologia, está longe de ser claramente entendida e equacionada, e se torna particularmente dramática em países como o Brasil, que têm de confrontar os problemas de modernização e ajuste com uma população pouco educada e sem experiência prévia de inserção profissional em um mercado de trabalho moderno. (SCHWARTZMAN, 2004, p.28).

Ou seja, as propostas apresentadas de se classificar pobres que seriam detentores da dignidade de receber do Estado todo aparato social, não pode ser sustentada no contexto atual que o Brasil se encontra, pois não será apenas pela qualificação de mão de obra ou conquista de alguns benefícios que a pobreza e as desigualdades serão diminuídas. O que precisa ser feito é encarar a existência de tais dificuldades em que a sociedade se encontra e entender que cada lugar terá sua particularidade, sendo “necessário ir abandonando as grandes retóricas e examinar, caso a caso, quais opções de política pública maximizam ou não a equidade e fazem melhor uso dos recursos disponíveis.” (SCHWARTZMAN, 2004, p.29).

Vale ressaltar, ainda, que há diferenças regionais no que tange à pobreza no âmbito nacional. Essas variações refletem no desenvolvimento e na concentração de renda tanto individual quanto a renda média regional e nacional. Dessa forma, houve um crescimento e desenvolvimento econômicos nos estados sulistas, mas também na concentração de renda, acentuando assim a desigualdade entre regiões. E, em menor escala, pode-se perceber que esta desigualdade também ocorre dentro dessas regiões, como na escala intraurbana. “Deve-se notar que as diferenças entre áreas metropolitanas quanto à incidência de pobreza são maiores que entre regiões urbanas. Esse fato pode indicar que as diferenças internamente a essas regiões são maiores que entre elas” (SINGER, 1999, p. 97).

Outras formas de exclusão também associadas à pobreza, tais como analfabetismo, apresentam diferenças significativas quando são examinados por meio da cor e da região, numa herança que se estende por gerações. Quanto menos acesso se tem à escolaridade, mais excluídos serão os indivíduos do mercado de trabalho formal,

lembrando que grande parcela da população que se encontra em tal situação são não-brancos, o que acarreta maior discriminação racial.

A exclusão social e a desigualdade podem então ser examinadas a partir das aquisições de renda divididas em categorias estruturais, conforme proposto pelos estruturalistas, para os quais “as famílias que estão excluídas do mercado formal de trabalho, e particularmente da Previdência Social, não há outra alternativa que “poupar” para sua velhice através do método de ter muitos filhos”. Já aqueles que examinam a exclusão e a desigualdade por características individuais, tais como a escolaridade, entendem a exclusão por meio da pobreza, em que “a indigência e a pobreza são em larga medida causadas pela alta fertilidade” (SINGER, 1999, p, 88).

Os que defendem a concepção individualista acreditam que a escolaridade tem forte ligação com a produtividade de cada indivíduo e, conseqüentemente, a escolaridade daqueles grupos excluídos estaria vinculada, proporcionalmente, à sua renda. E acredita-se que a diferença de renda seria reduzida a partir do momento que a educação da mão de obra seja aumentada. Portanto, o que deveria ser feito, de acordo com esta concepção, é um maior investimento educacional direcionado à capacitação de uma grande parcela de excluídos de capital humano. Mas, o que se deve levar em consideração, segundo Singer (1999), é que outras políticas de inclusão, como alimentação, moradia, rendas mínimas, também merecem ser colocadas em prática.

Singer (1999) chama a atenção, ainda, para o emprego informal. Trata-se de uma alternativa viável para as pequenas firmas, que passam a contratar mão de obra temporária para não precisar arcar com os custos de salário no período de menor rendimento de produção. Além disso, com a maior terceirização e subcontratação, os trabalhos formais têm diminuído, enquanto os empregos informais têm crescido. Assim, a exclusão do trabalho formal é um dos mais importantes processos de exclusão social, a qual se soma a falta de legislação trabalhista do mercado informal que é debilitado.

Santos (2000), atenta para o fato de as políticas públicas merecerem ser levadas em consideração para que haja uma forma de se compensar as políticas neoliberais no plano nacional, sem substituir as políticas sociais, a fim de que haja uma “redistribuição dos poderes e de recursos entre diversas esferas político-administrativas, assim como uma redistribuição das prerrogativas e tarefas entre as diversas escalas territoriais, até mesmo com a reformulação da federação” (SANTOS, 2000, p.37). Porém, processos como a globalização, recheados de técnicas e que frequentemente ignora o que ocorre no âmbito nacional e como os atores sociais o compõem, naturalizam a exclusão como

algo corriqueiro. O papel dos intelectuais seria exatamente mostrar esta visão de conjunto e a possibilidade de substituir esta ordem por uma mais social que dê voz a estes atores sociais e seja mais humana.

### **1.3 Segregação socioespacial/Exclusão social/Reclusão territorial**

Para entender como ocorre a segregação e a exclusão e a diferença entre ambos os termos, utilizaremos a concepção de Vieira (2009), que faz uso do conceito de segregação socioespacial para mostrar sua diferença em relação à exclusão social. Segundo Vieira (2009), a segregação socioespacial se configuraria espacialmente, estando mais ligada a mudanças no espaço urbano, sendo influenciada pelo espaço e influenciando o mesmo, estando mais ligada estruturalmente e se materializando no espaço. Para ele, “a segregação socioespacial é um processo indutor ou uma condição espacial do processo de exclusão social” (VIEIRA, 2009, p. 60).

Vieira (2009), ao apresentar autores como Castells (1998) e Martins (1997), que questionam o uso da expressão exclusão social, faz uma crítica à forma equivocada que eles ignoram o acesso a direitos e bens produzidos, além de priorizarem apenas o debate em torno de ações diretas para resolver tal problema. Para esses autores não há como permanecer fora da sociedade, uma vez que todos fazem parte dela, inseridos das mais variadas formas de precarização ou marginalização, permanecendo sobre o controle de uma classe dominante, fazendo assim parte do modo de produção capitalista.

Mas, assim como relata Martins (2002), a exclusão social nos diz mais sobre as questões sociais do que sobre a economia, é algo que abrange muito mais do que a distribuição de renda, envolve a “distribuição equitativa de bens sociais”, porém, estes bens acabam sendo distanciados de grande parte da população, a partir do momento em que o capitalismo, fazendo uso de suas forças, busca a expansão a qualquer custo, “debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do processo sem ética, nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injusto e socializa perdas, crises e problemas sociais” (MARTINS, 2001, p.11), criando situações precárias e, até mesmo, desumanas, do que seria uma inclusão criada pela mesma sociedade que exclui.

Este modo de produção capitalista tem apresentado certo enfraquecimento do Poder estatal, cujas ações têm priorizado os grupos hegemônicos, formado por uma minoria dominante que detém controle territorial. Apesar de serem maioria aqueles que fazem o uso do território como abrigo (SANTOS, 0000), acabam por estar à mercê

destes grupos hegemônicos que podem atuar territorialmente num “auto-fechamento do próprio grupo (por exemplo, através de condomínios fechados) quanto pelo isolamento daqueles que eles “excluem” (HAESBAERT, 2004, p. 46).

Haesbaert (2004) denomina de aglomerados de exclusão aqueles que passam a agir em resposta às suas formas precárias do território. Precariedade esta que engloba a ausência do Estado, pobreza, emprego etc. O autor propõe chamarmos as diferentes formas de precarização socioespacial de reclusão territorial, as quais contariam com uma gama de diferenças que adquirem posições distintas agindo de acordo com o contexto sociocultural e geográfico. A primeira é a auto-reclusão, considerada aquela que se forma dentro de um processo de precarização da cidade, esta reclusão é realizada pela elite que procura formas de proteção perante o quadro de precarização em que a cidade se encontra. A outra forma de reclusão é a subalterna que, apesar de fazer parte de grupos que apresentam condições precárias, é marcada por um processo de resistência que visa “reconhecimento enquanto grupo, social e culturalmente distinto” (HAESBAERT, p. 45) em meio à precarização das condições territoriais. E, por fim, a terceira reclusão diz respeito à “exclusão” territorial realizada de fora para dentro, ou seja, uma reclusão que atua por meio de empecilhos do uso social do território, ignorando qualquer interação e vínculo que os grupos sociais possam ter com aquele território.

Para Vieira (2009), embora a exclusão social esteja relacionada com o espaço, ela diz respeito às relações sociais que podem receber influência do espaço e também pode se territorializar. Ela também pode não ocorrer quando as pessoas e grupos não expressam vínculo com o lugar em que estão inseridas. Nessa perspectiva não há como pensar apenas em segregação socioespacial quando falamos da estrutura espacial urbana, pois estas contam com uma gama de relações sociais que não podem ser ignoradas. Ao abordarmos essa questão, vemos que este “não é um processo natural, mas é resultado inerente das contradições das relações sociais, das lutas de classe no modo de produção capitalista, refletidas e expressas na organização e estruturação do espaço intra-urbano” (VIEIRA, p. 60).

Assim como ressalta Martins (2002), “o uso da definição de exclusão social para classificar as desigualdades sociais revela-nos um dos aspectos da crise da sociedade de classes” (MARTINS, p. 17). Mas, precisamos ter em mente que a exclusão ou os excluídos não se caracterizam como classe social. As classes sociais, compostas principalmente por uma população trabalhadora, dependentes e pobres, podem fazer

parte de uma mesma classe social, podem estar incluídas/excluídas de diferentes formas, podendo fazer parte de um modo de reprodução do capital, mas ao mesmo tempo não fazendo parte da mesma categoria de exclusão, que leva a tal indivíduo não se identificar social e politicamente nas condições de exclusão. Como afirma Schwartzman (2004), o termo de exclusão nos permite trazer para o debate a “não efetivação da cidadania, ao fato de que, apesar da legislação social e do esforço das políticas sociais, uma grande massa de indivíduos não logra pertencer efetivamente a uma comunidade política e social” (SCHWARTZMAN, 2004, p.36).

A discussão da exclusão social permite, não só analisar os impactos que circundam a desigualdade, senão também identificar as matrizes excludentes e como ela influencia na vida das pessoas e nas formas como os grupos interagem uns com os outros. Sendo assim, trata-se de um conceito que merece ser estudado, considerando os contextos históricos que envolvem a sociedade que se pretende estudar, principalmente nas cidades médias, onde há banalização das desigualdades que têm levado uma grande parcela da sociedade à condição de exclusão, em que o acesso a bens e serviços dignos de cidadania são precários/inexistentes. Esta exclusão envolve valores culturais e discriminações que não estão, necessariamente, ligados à pobreza e desigualdade social; estas são, na verdade, fontes para que haja exclusão social.

Entender a exclusão é vê-la imbricada com a cidadania, pois não se pode falar de cidadania sem falar no direito que a sociedade tem de usufruir não apenas da cidade como espaço habitado, senão de todos os direitos considerados essenciais para que se haja cidadania. Santos (2007) destaca que o modelo cívico diz respeito à maneira como a sociedade deve levar sua forma de vida de maneira igualitária, o modelo territorial - que tem como intuito garantir que todos tenham direitos a “bens e serviços indispensáveis” - e também adequadas gestões territoriais. Seriam indispensáveis para que haja “[...] uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo” (SANTOS, 2007, p. 18).

Para Demo (2018), a pobreza vai além da ideia de possuir algo material, pois mais do que ter, ela tem a ver com ser, de fazer parte de algo, de “ser alguém na vida, ultrapassando as barreiras do material, para assim ser compreendida como “pobreza humana”, tendo “seu fulcro mais remitante na dinâmica política que a envolve”. (DEMO, 2018, s/p.), na qual se encontra a desigualdade. O confronto de interesses se daria entre, de um lado, uma minoria no comando do jogo de poder e, de outro lado,

aqueles que compõem a maioria, incapazes de reconhecer que são eles que sustentam a minoria dominante.

Grande parte da população é privada, de forma indireta, de acesso aos seus direitos por conta do sistema capitalista que transforma, segundo Santos (2007), o cidadão em consumidor, ofuscando assim seu conhecimento de cidadão. Esta cidadania, segundo o autor, deve ser reclamada por meio de lutas que visem à conquista de direitos sociais capazes de garantir condições dignas de vida. O cidadão consumidor surge na realidade brasileira no bojo de alguns processos:

[...] a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social (SANTOS, 2007, p. 25).

O apelo ao consumo generalizado, o qual é resultado de um modelo de crescimento econômico excludente, e a abertura de linhas de crédito, contribuíram para acentuação das desigualdades regionais. Dentro desta temos a concentração nos centros urbanos onde o consumo em massa se acentua com facilidade graças à influência midiática que possui poder de persuasão em criar necessidades fazendo o indivíduo desejar algo, mesmo que isto não esteja dentro de sua realidade, os difusores de créditos aparecem como sendo mecanismo para que a roda do consumo em massa continue a girar. Transformando o cidadão em consumidor, marcado por desejos pessoais que ofuscam sua percepção de uma análise crítica daquilo que pode estar enraizado na sua ideia de consumo, que pode ser imposto por um sistema econômico e político sem que o indivíduo tome consciência e possa questionar a condições de vida que o mesmo se encontra.

O que temos então é que o cidadão, ofuscado pela figura do consumidor, faz surgir o que Demo (2018) denomina de “pobreza política”, que ocorre a partir do momento em que a população, ao se deparar com questões que fogem do seu poder de consumo, busca representações políticas cujos discursos amenizam as crises que a afetam diretamente, sobretudo aquelas relacionadas à saúde, educação, segurança, desemprego. Na verdade, essas questões deveriam ser escrutinadas pela população,

especialmente suas causas a longo prazo, de tal sorte a reivindicar o que é dela por direito.

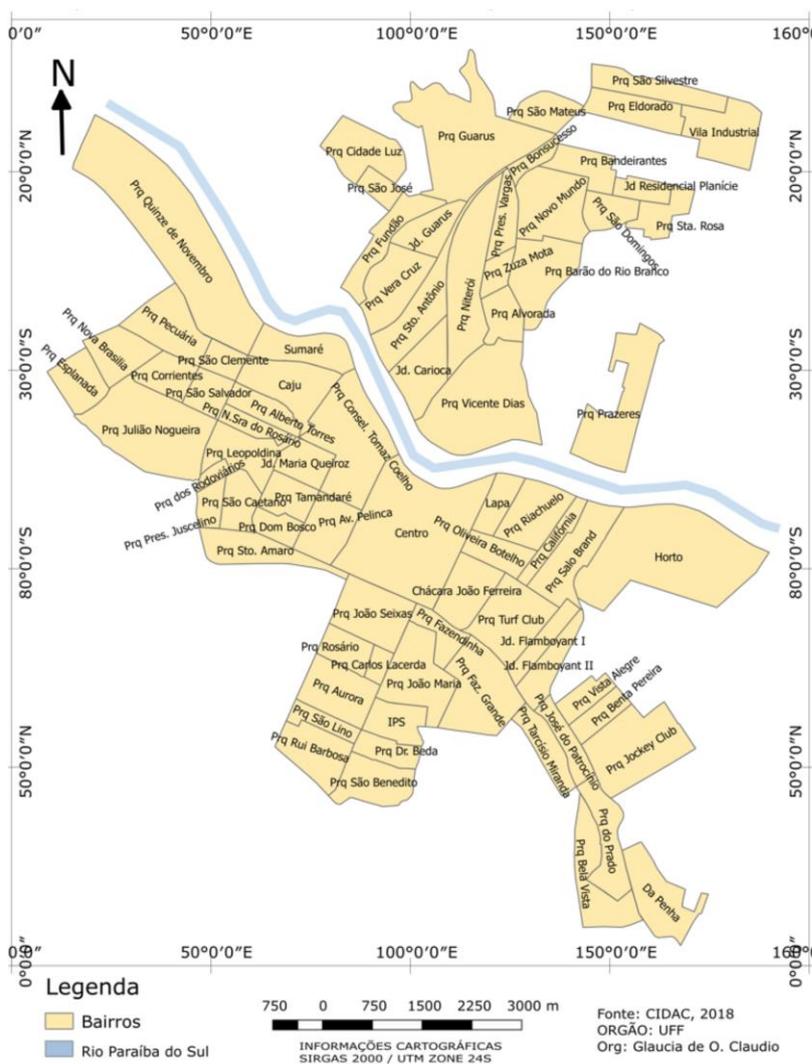
Mas tais discursos sevem apenas para mascarar os interesses que beneficiam uma minoria dominante, enfraquecendo a maioria da população na disputa por poder, liderança etc. Segundo o Demo (2018) , não basta haver um aumento de distribuição material para que haja o fim da desigualdade, mas sim a forma como ela é distribuída é que irá dizer se há desigualdade ou não, e tais distribuições só podem ser verificadas por meio das “relações de acesso a poder” (DEMO, 2018, s/p.).

O acesso ao poder foi construído historicamente, enraizado numa ideia de autonomia humana, que carrega consigo a formação de uma sociedade que busca o aprimoramento do saber, porém, este poder é almejado para que se tenha autonomia de decisões que, infelizmente, não é acessado por todos, mas é marcado por uma disputa de conhecimento e, conseqüentemente, leva a uma disputa de poder político que não é alcançado por aqueles que anseiam uma vida digna. “Saber pensar é possivelmente o recurso mais escasso e disputado da história da humanidade e que determinou, mais que outros fatores, a desigualdade hoje persistente no planeta” (DEMO, 2018, s/p.). E “ser” parte da sociedade é entender que o conhecimento, o acesso digno à educação é o principal meio para lutar pelo o que se é de direito, sem aceitar tudo o que é imposto por uma minoria.

## 2. CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A FORMAÇÃO DA PERIFERIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

A escolha por analisar a exclusão social na escala intraurbana decorre da necessidade de se olhar para onde ocorre toda dinâmica social e econômica. É a escala onde os processos de exclusão social são mais evidentes, não se esquecendo que o fenômeno da exclusão apresenta particularidades nessa escala de análise. Entendemos que, ao adentrarmos na menor escala de coleta de dados que o IBGE disponibiliza, que é formada pelos setores censitários, é que podemos encontrar aonde estão espacializados os processos de exclusão social. Nossa análise recai sobre a malha urbana do distrito sede de Campos dos Goytacazes, composta por 78 bairros (mapa 3) que possuem 360.669 pessoas, sendo superior aos demais distritos que, juntos, somam 103.062.

**Mapa 3 - Bairros - Campos dos Goytacazes - RJ**



Mas, para entendermos como a cidade chegou a tal configuração, partiremos para uma análise dos processos de formação da cidade de Campos dos Goytacazes. Para tanto, precisamos considerar seu contexto histórico e econômico, caracterizado por um modelo colonial de exploração, principalmente em relação à monocultura da cana-de-açúcar. Essa cultura contribuiu para o crescimento econômico da região norte fluminense e, sobretudo, para os processos de expansão urbana e surgimento de periferias na cidade.

Além das atividades comerciais e financeiras, a cidade também se estruturou por meio de serviços voltados aos engenhos de açúcar. Juntamente com este, surgiram as ferrovias, as quais permitiram tanto a maior mobilidade para o transporte de açúcar como também contribuíram para a movimentação de comércio na cidade, ensejando, futuramente, a expansão urbana nas direções norte, situadas à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, e também ao leste da cidade na margem direita, em áreas distantes do centro, espaços marcados por serem alagadiços e propensos a ocorrer enchentes.

### **2.1. Breve histórico e expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes**

Antes de adentrarmos aos processos de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, precisamos primeiramente fazer uma breve contextualização da sua formação como cidade. A nosso ver, realizar levantamento histórico do surgimento do primeiro indício da cidade de Campos é crucial para trazermos para o debate o surgimento das duas margens do Rio Paraíba do Sul, onde na margem esquerda se encontraria o aldeamento dos índios Guarulhos (Guarus) e a margem direita estaria a Vila de São Salvador (Campos dos Goytacazes). Assim, dentro do perímetro urbano, o Rio Paraíba do Sul se apresenta, até os dias atuais, tanto como um divisor físico como também social, sendo marcado por processos ideológicos desde o surgimento da cidade.

O primeiro indício de sua formação como cidade foi a construção da Vila da Rainha no século XVI, na capitania de São Tomé, sob os feitos do donatário Pero Góis, que estabeleceu sua capitania, em 1538, próximo aos Rio Managé (hoje Rio Itabapoana), juntamente com sua família e em torno de 10 colonos. Após conhecer todo território e desembarcar na enseada do Retiro, um local que considerava propício às embarcações por estar próximo ao rio, foram distribuídos os pedaços de terras para o plantio pelos sesmeiros.

Na tentativa de buscar melhorias e recursos para a sua capitania, Pero de Góis voltou a Portugal e, ao retornar, encontrou a Vila da Rainha e a Igreja que havia construído totalmente destruídas pelos ataques dos índios Goytacás. Além disso, algumas plantações de cana foram abandonadas pelos seus proprietários que não conseguiram resistir aos constantes ataques. Pero de Góis tentou reerguer sua capitania mais uma vez, construindo, então, o primeiro engenho e formando o primeiro núcleo habitacional.

O donatário recorreu ao Rei de Portugal, D. João III, para informar sobre a destruição da Vila da Rainha e dos ataques a plantação. D. João III criou um governo para auxiliar no combate aos franceses e índios que ameaçassem a permanência de Portugal na colônia. Foi então que se deram as expedições que levaram ao extermínio de forma brutal dos índios na região. "Da cultura indígena no Município nos foi legado apenas nomes que identificam algumas de nossas localidades, espécies da fauna, da flora e a agricultura da mandioca"<sup>1</sup>. Após cem anos de formação da capitania de S. Tomé, surge então a elite que futuramente residiria na região de Campos dos Goytacazes. Em 1674, a capitania de São Tomé foi doada a Martins Correia de Sá, que criou a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes.

Assis (2016), ao fazer uma abordagem sócio-histórica, buscando contribuir para uma reflexão do olhar para "o outro lado", principalmente a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, como sendo algo separado da realidade da formação da cidade, partindo de um questionamento da visão de mundo que os habitantes da Vila possuíam em relação aos índios que habitavam a outra margem do rio.<sup>2</sup> É então a partir daí que surge a ideia que a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul como sendo uma área perigosa.

A partir de meados do século XIX, o Brasil passou por dois processos importantes, a saber a abolição da escravatura e a Instituição da República. Esses processos estiveram presentes na cidade de Campos dos Goytacazes, de forma sutil inicialmente, com as características ainda presentes de um modo de vida ligado ao campo, que, aos poucos, transita para um modo de vida cada vez mais atendendo às exigências do meio urbano. Com a modernização dos modos de produção do açúcar e a chegada da máquina a vapor, a cidade conheceu o surgimento de uma nova dinâmica de

---

<sup>1</sup> Trecho do livro "A Minha Terra também faz parte da História do Brasil", escrito por Roberto Acruche (2008).

<sup>2</sup> Assis (2015) aborda a ideia de que o índio era caracterizado como gentio por aqueles que possuíam uma visão doutrinadora e eurocêntrica. Aqueles que não seguissem os padrões ideológicos civilizatório seriam levados a processo de doutrinação/dominação/extermínio.

fluxos de mercadorias, as quais chegavam por meio de embarcações e eram transportados por máquinas a vapor.

Esses fluxos econômicos farão “com que a rua Beira Rio (depois da República, nomeada avenida XV de Novembro) se transforme no lugar mais animado da cidade” (FARIA, 2001, p.787). Ou seja, inicialmente as navegações – principalmente – contribuem para que a cidade se desenvolvesse próximo à margem direita do rio Paraíba do Sul, o que condiz com o eixo sul, considerado porta de entrada da cidade. Este transporte modal até então era o único que fazia a ligação entre as duas margens do rio. É apenas em 1873 que a companhia inglesa Dutton & Chandler constrói a primeira ponte de conexão das duas margens do rio, na tentativa de expandir a cidade nesta direção e gerar maior comunicação com o Norte da cidade, onde se encontra Guarus, o 3<sup>a</sup> Subdistrito da cidade de Campos dos Goytacazes, até então considerada área rural. Segundo Faria (2001), a construção desta ponte vai proporcionar a redução das “distâncias físicas entre “periferias rurais” e o centro urbano, dando impulso à sua futura integração ulterior à cidade que verá seu espaço urbano se expandir” (FARIA, 2001, p.787).

Outro transporte modal que contribuiu para a formação da estrutura urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, se não o mais importante na sua configuração –, foi o ferroviário, considerado, por Faria (2001), como sendo “uma das principais características de modernização” que contribuíram para dar os “impulsos da industrialização”, lembrando, como ressalta a autora, que estes transportes partem de iniciativas daqueles que compõem a elite campista, porta voz do Estado junto às companhias inglesas, fazendo com que a cidade passe por um

[...] processo de modernização irreversível, marcado pela penetração de estradas de ferro, o que leva forçosamente, a implementação de uma nova racionalidade urbana implicando uma distribuição das funções e um planejamento dos espaços (FARIA, 2001, p. 787-788)

E, como ressalta Faria (2001), cada vez mais o uso das vias férreas substitui as embarcações, levando ao seu desaparecimento como transporte da cidade até década de 1930. Sendo assim, o transporte ferroviário foi de suma importância para o desenvolvimento e configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, atuando principalmente para o escoamento da produção de açúcar, como também para o comércio com as demais regiões. Esses processos de transformação da cidade emergiram em função da necessidade de criação de estações ferroviárias, que são

criadas a partir de projetos que “obedecem a imperativos técnicos, como evitar a entrada de trens na cidade e construção de uma única estação para centralizar o movimento e organizar a circulação” (FARIA, 2001, p. 788).

A inauguração da Estação Leopoldina, situada numa região periférica, levou à formação de “um novo ponto de centralidade favorecendo a extensão em direção ao oeste da cidade” (FARIA, 2001, p. 788). Além desta, outras estações intermediárias surgiram na direção leste da cidade, levando à expansão da cidade a essas direções que, apesar de serem consideradas áreas periféricas, apresentavam condições de fácil acesso ao centro da cidade. Ou seja, numa expansão que, apesar de dispersa, pode ser considerada densa, por conta da sua proximidade com a parte central da cidade.

## **2.2. Planos urbanísticos, higienismo e expansão urbana**

Atrelado a estas expansões, o projeto de engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, em 1902, tinha um caráter modernizador, em que podemos perceber a expansão urbana de Campos a partir da sua área central. Porém, tal modernidade apresentada esbarrou na realidade de uma cidade marcada por suas heranças coloniais e cercada de limitações materiais como ruas estreitas e tortuosas, além de limitações naturais como áreas alagadiças e pantanosas, sujeitas a acontecimentos como enchentes. A propagação de epidemias, em função do crescimento habitacional nessas áreas insalubres, dificultava a implementação de projetos dentro deste molde, de modo que não atingiu o objetivo de irradiar seu caráter modernizador e eliminar doenças epidêmicas.

Em 1906, o então representante no Senado Federal, Benedito Pereira Nunes, retoma o discurso de saneamento na cidade e a necessidade de ser feito algo para diminuir o quadro de insalubridade, num caráter mais voltado para questões que envolvem a cidade como um todo, pois “a cidade propriamente dita que se tornou um problema” (FARIA, 2000 p. 4). E nem com toda atenção dada ao saneamento da cidade, principalmente para a erradicação de epidemias por meio de campanhas de vacinação e higiene, foi possível modificar o quadro em que Campos dos Goytacazes se encontrava, especialmente em relação às condições de vida dos habitantes em situações de pobreza, pois o que o projeto almejava era a modernização apenas da parte central da cidade.

Segundo Faria (2015, p. 118), nos “Planos Gerais” de Saturnino de Brito, “os parques e jardins tinham função de embelezamento, saneamento, mas também de

estruturadores do espaço urbano”. Podemos perceber tal característica no entorno da Praça São Salvador, que exercia e concentrava atividades econômicas, políticas e sociais com o intuito de atender a demanda das elites dos senhores de engenho. Contava com uma estrutura física com melhores condições de higienização e demolição de antigos casebres, embelezamento e ampliações de ruas que partiram primeiramente na direção oeste da cidade, como a construção da Praça do Liceu.

Como ressalta Faria (2015),

Os projetos de Saturnino de Brito seguem sua metodologia baseada no melhor aproveitamento da geomorfologia do terreno, assim eram ressaltados os pontos estruturais do terreno visando o melhor aproveitamento dos condicionantes do sítio para a utilização destes como elementos de projeto (FARIA, 2015, p. 120).

Tal avanço central para ao oeste pode ser analisado pelo aspecto físico do relevo da cidade, pois o entorno do Liceu, por ser considerado um ponto alto do terreno, sem riscos de enchentes oriundas do Rio Paraíba do Sul, tornou-se uma área privilegiada para expansão urbana, concentrando moradores de alto status socioeconômico. Enquanto isso, a população menos favorecida não foi alcançada por tal projeto modernizador, ficando à margem em áreas pantanosas e alagadiças, correndo os mesmos riscos da falta de higienização de antes.

As demais áreas da cidade, como a margem esquerda do rio Paraíba do Sul, apesar de serem incluídas em parte no plano urbanístico, não recebem as devidas inclusões. A implementação deste plano urbanístico é caracterizada pelo isolamento da margem esquerda do rio em relação à área central da cidade. A devida atenção só ocorrerá a partir do momento em que os planos urbanísticos trazem a necessidade de se pensar mais nas questões sociais da cidade do que com a questão estética até então realizada.

Assim como o país vinha sofrendo com a crise do açúcar, estes começam a surtir seus efeitos na cidade de Campos dos Goytacazes, a partir da década de 1940, com a modernização dos meios de produção do açúcar, quando muitos engenhos foram transformados em usinas, passaram por um processo de decadência, ocasionando a demissão de muitos trabalhadores. Os senhores de engenho, apesar de ainda possuírem suas grandes propriedades de terra, migram para a parte central da cidade em busca de facilidade de acesso a bens e serviços. Enquanto os trabalhadores são levados a procurar moradias em terras próximas às terras de usinas localizadas no entorno da cidade, formando, assim, a periferia campista.

O modelo de planejamento urbano implementado na década de 1940, por Mário Motta, contou com “a construção de dique e o embelezamento da Avenida Beira Rio, demolindo os últimos armazéns, o planejamento de ruas, de praças, a melhoria da rede de transporte” (FARIA, 2000, p. 8). Pode ser visto como um modelo que precisa cada vez mais de uma nova organização espacial para que haja a integração de áreas mais distantes da parte central com o centro.

Muito desta reformulação se deveu às reivindicações da população que fizeram ecoar, na imprensa da época, o fato de haver duas cidades. Um referente à área central que, nos últimos 20 anos, havia recebido inegável atenção por parte das autoridades; outra, desconhecida, distante, porque periférica e carente de ações públicas (FARIA, 2005, p. 4786).

Quando surgem tais necessidades de se olhar o espaço urbano para além das questões de embelezamento é que a desigualdade socioespacial começa a solevar em discursos e planejamentos futuros.

### **2.3. Surgimento das periferias em Campos dos Goytacazes**

Muitos bairros foram formados distantes do acesso a bens e serviços, com condições precárias de saneamento e saúde e mais vulneráveis a enchentes, sem receber as devidas atenções de ações de políticas públicas. Essas periferias se estenderam em direção norte e leste da cidade e passaram a receber relativa atenção do poder público municipal a partir do Plano Urbanístico de 1944, quando o então prefeito Salo Brand, com o propósito de atender e integrar bairros mais distantes do centro, por entender que as crises que a cidade vinha passando estariam mais ligadas às questões sociais do que econômicas, realizou obras como “alargamento e prolongamento de ruas e o saneamento de parte da cidade, criando assim novos pontos de centralização” (FARIA, 2000, p. 10).

A cidade ainda vai conhecer a iniciativa baseada no projeto de Saturnino de Brito, de caráter higienista. E será como engenheiro Abelardo Coimbra Bueno que teremos a inclusão do bairro de Guarus, situado à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, no plano urbanístico da cidade, por meio da sistematização de informações topográficas que contribuirão para o avanço da inclusão dessa margem. Tratou-se de uma tentativa de remodelação do espaço urbano que a própria população vinha demandando dada a atenção que vinha ocorrendo apenas em torno da área central da cidade.

Contudo, a inclusão da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul não foi capaz de diminuir problemas de infraestrutura social dessa porção da cidade de Campos dos Goytacazes, evidenciando ainda mais a diferenciação entre a parte central da cidade - marcada pela concentração de serviços, fluxos de pessoas, onde a cidade apresenta maior movimento - em comparação com áreas mais distantes, caracterizadas como sendo periféricas e que viriam a fazer parte de área urbana da cidade, mas sem o acesso aos mesmos níveis de infraestrutura que a área central apresentava.

Melazzo e Guimarães (2010), partindo da perspectiva de Lefebvre, mostram como a ordem de produção industrial, guiada pelas mãos da burguesia, seria a principal responsável pelo “caos urbano”, pois, ao mesmo tempo em que a cidade era vista como geradora de atividades industriais e econômicas, ela também “segregava a elite dos espetáculos da miséria”, porque os bairros dos trabalhadores, cercados de pobreza e doenças, colocariam em risco o próprio desenvolvimento das cidades. Com isso, surgiram intervenções políticas envolvendo os problemas de saúde pública, mas elas não visavam à melhoria das condições de vida da população, mas sim em não deixar que a cidade se transformasse num caos perante tais condições de “imundície do ambiente” que vinha se agravando com a intensificação de produção industrial.

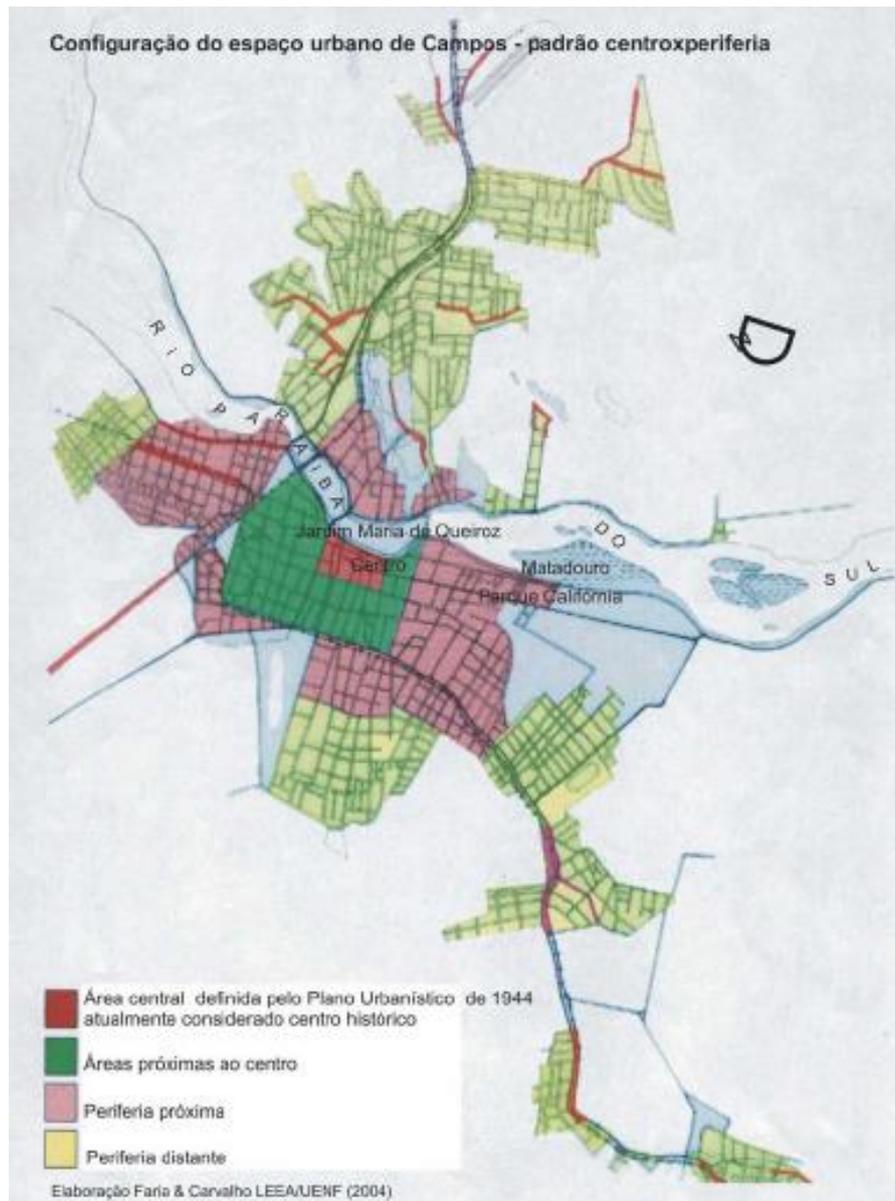
A maneira como o planejamento urbano está inserido no contexto brasileiro pode ser analisada à luz de legislações urbanísticas que acabam agindo em prol da elite política, cujo propósito é moldar o espaço urbano de acordo com seus próprios interesses, quer dizer, uma produção do espaço urbano subordinada aos ditames do mercado. Isso mostra o quanto a “legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando os assuntos são os direitos sociais” (MELAZZO, GUIMARÃES, 2010, p.19).

É possível afirmar que, em realidade, não padecemos de falta de planos e de instrumentos. Os instrumentos urbanísticos estão subordinados ao mercado, e os planejadores ficam relegados à gestão e/ou intervenção do fato *ex post* da função do mercado. E essa subordinação fica patente quando se observa a quase impossibilidade de resolvermos, de uma vez por todas, subordinar a propriedade privada da terra à sua função social (MELAZZO, GUIMARÃES, 2010, p.20).

Conforme destaca Faria (2005), é durante as décadas de 1950 e 1960, período marcado por uma “intensa ocupação da zona urbana”, que começam a ficar cada vez mais explícitos o dualismo centro-periferia (figura 1) em Campos dos Goytacazes, por conta da falta de investimentos e atenções com relação às áreas periféricas. Em

contrapartida, ocorreu a priorização da área central da cidade, que concentrou os investimentos em infraestrutura econômica e social. Com isso, tivemos a acentuação e desvalorização das áreas periféricas em função da falta de investimentos adequados nos espaços onde a população mais pobre estava inserida e onde começaram a surgir processos de favelização da cidade.

**Figura 1** - Configuração do espaço urbano de Campos – padrão centro-periferia



**Fonte:** FARIA, CARVALHO 2005

Lembrando que esse modelo de projeto apresentado para a cidade de Campos dos Goytacazes se estendeu até a década de 1970. Segundo Carvalho (2003, p. 10), é “uma tentativa de domar ou controlar a urbanização, particularmente no que tange ao

ordenamento urbano e no controle das precárias periferias”. A partir da década de 1970, tal modelo começou a entrar em crise nas metrópoles, o que acabou refletindo na expansão e no crescimento de cidades médias.

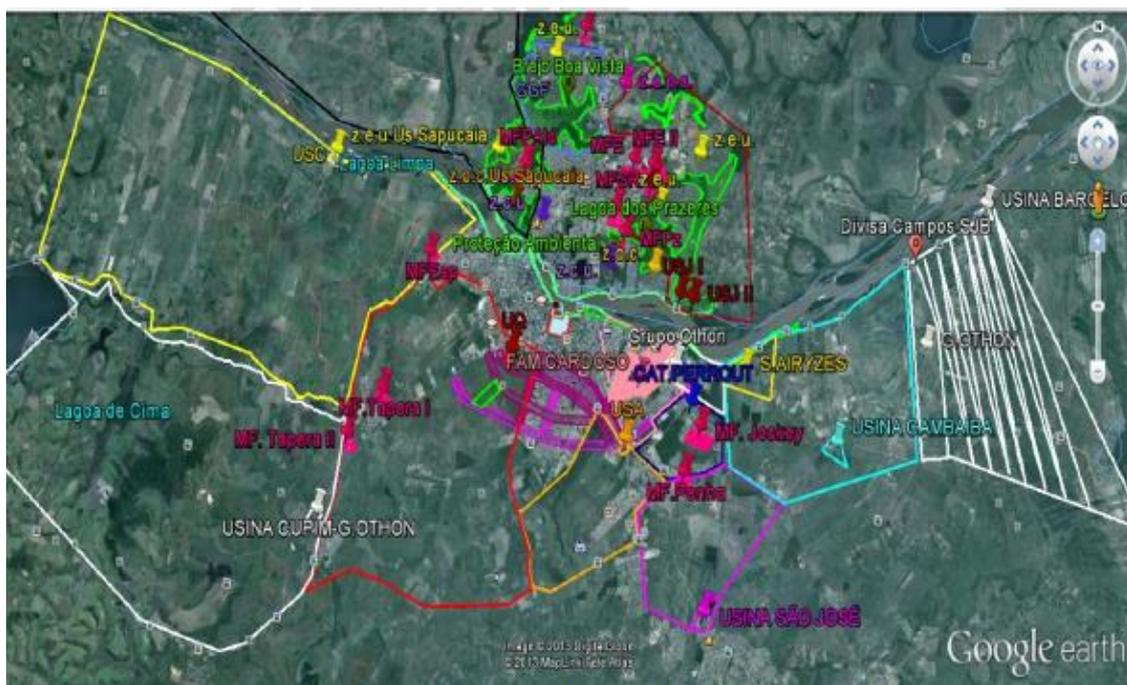
Cabe destacar que

O plano proposto, em suas linhas gerais, pelo prefeito engenheiro Salo Brand, e elaborado pela empresa Coimbra Bueno não foi executado logo após a sua elaboração, aliás, ele nunca foi executado em sua totalidade, mas observando-se o traçado atual da cidade, podemos constatar que as intervenções posteriores, ocorridas no espaço urbano, seguiram suas principais orientações (FARIA, 2000, p.13)

Os processos de favelização que surgiram na cidade apresentaram efeitos a partir da década de 1980, como resultado da falência das usinas canavieiras e pelos problemas apresentados com a expansão da cidade, pois os operários das usinas ainda existentes no período, ao perderem acesso a suas moradias cedidas por estas usinas, se instalaram próximo à linha férrea e até mesmo nas usinas que já haviam declarado falência.

As terras das usinas (figura 2) de São João e Sapucaia, situadas à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, onde hoje estão situados os Bairros Parque São Jorge, Parque Prazeres, Parque Cidade Luz, Parque Aldeia, eram áreas consideradas alagadiças ocupadas por população de baixo status socioeconômico que se viam impossibilitadas de habitar na área central da cidade. Estas áreas de usinas deram origem a “espaços vazios” que fizeram parte do perímetro urbano a partir o século XX. Estes vazios passaram a fazer parte de um discurso em prol de agregar as questões sociais ao espaço urbano.

**Figura 2 - Localização das usinas de açúcar em Campos dos Goytacazes**



**Figura 1: Visão dos maiores vazios urbanos de Campos dos Goytacazes.**  
**Fonte: Eliane França Conti. 2013.**

**LEGENDA:**

- GRUPO OTHON
- FAZENDA AYRIZES
- USINA QUEIMADO
- USINA SAPUCAIA
- FAMILIA CARDOSO
- GUILHERME G. FREIRE
- CATARINA PERROUT
- USINA SÃO JOÃO
- USINA SÃO JOSÉ
- USINA CAMBAÍBA
- USINA SANTO ANTONIO
- USINA SANTA CRUZ

**Fonte: CONTI, FARIA, TIMÓTEO, 2014**

Segundo Conti, Faria, Timóteo (2014),

[...] se manifestam no espaço urbano tanto pelas áreas desabitadas, descampadas, situadas em locais de adensamento demográfico, como pela existência de edificações igualmente desabitadas e localizadas em áreas equipadas com serviços públicos coletivos e individuais. Eles podem ainda ser formados por grandes extensões de terras rurais que passaram a pertencer ao perímetro urbano como consequências da necessidade de expansão da cidade, entretanto, não se integram à realidade da sociedade e passaram a ser mercadoria reservada e a espera de valorização para os grandes proprietários de terra, demonstrando que a expansão legal do espaço urbano nem sempre caracteriza a democratização da cidade. (CONTI, FARIA, TIMÓTEO, 2014, p. 154)

A outra extremidade da periferia campista, situada à margem direita do rio Paraíba do Sul, mais precisamente ao sul da cidade, onde estavam localizadas as terras das

usinas Queimado, Santo Antônio, Cambaíba, atualmente formada pelos bairros Julião Nogueira, Parque São Caetano e Parque Santo Amaro, Parque Bela Vista, Parque do Prado, Jardim das Acácias, Parque Santa Maria, Residencial Santa Maria, Residencial Santo Antônio I e I, Santo Antônio, Parque Imperial I e II, é marcada, inicialmente, pela expansão urbana da cidade em detrimento da demanda habitacional que vinha se intensificando no perímetro urbano. Atualmente, tal área tem atraindo olhares de investidores imobiliários, principalmente no que diz respeito a áreas de auto-segregação com condomínios fechados de classe média alta.

A análise das duas extremidades do Rio Paraíba do Sul nos permite oferecer uma percepção de quais são as áreas de menor atratividade para o setor imobiliário e, conseqüentemente, onde estão as populações de baixo poder aquisitivo, que vivem sem receber as devidas atenções em infraestrutura como saneamento básico e escolaridade digna, caracterizando assim áreas onde estão situados os bairros mais periféricos mais propensos à exclusão social.

Como elucida Sposito (2004), com base em Santos (1981), a especulação imobiliária seria

[...] responsável pelo deslocamento de *habitat* popular para a periferia, fazendo com que dentro da cidade, a acessibilidade aos diferentes serviços, mais concentrados na área central, varie em função das rendas de cada grupo social, gerando “cidades justapostas”, mal vinculadas entre si, dentro da própria cidade. (SPOSITO, 2004, p. 122).

Ou seja, a periferização das cidades apresenta seus traços de formação desde o século XX, atrelado a interesses privados, os quais buscaram as áreas privilegiadas da cidade, tanto fisicamente quanto no que diz respeito à flexibilidade de locomoção no espaço e às facilidades de acesso ao centro.

### **3. ÁREAS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Com a “modernização conservadora” pela qual o país passou, a qual se expressou na cidade de Campos desde implementação dos planos urbanísticos iniciais, cuja principal característica consistiu na “não-incorporação de grandes segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político”

Os dados estatísticos coletados não consistiam em uma gama de detalhamento no que tange aos indicadores. É apenas mais recentemente que passamos a ter o aumento de indicadores referentes à “educação, saúde, habitação, seguridade social e consumo de bens duráveis”, num “processo lento e contínuo de indicadores sociais, inclusive em períodos de estagnação econômica” (SCHWARTZMAN, 2004, p.32).

Neste capítulo, mostraremos a evolução de indicadores sociais da cidade de Campos dos Goytacazes, por meio de dados disponibilizados pelo Atlas Brasil, com o intuito de compreender como se deu a evolução desses indicadores entre os anos de 1991 e 2010, que compreendem os dois últimos censos disponíveis. Após essa contextualização mais geral, que se dá na escala do município, focalizaremos na elaboração e comparação de mapas de indicadores de exclusão sociais a partir de dados do censo IBGE dos anos 2000 e 2010, tendo como recorte espacial os setores censitários, na escala intraurbana.

Ressaltamos, desde já, a dificuldade da análise comparativa de indicadores sociais territorializados, considerando-se o processo lento, porém contínuo, da coleta de dados estatísticos, como, por exemplo, a que veremos ao longo da análise, na inclusão de novos setores censitários no ano de 2010 e a ausência do mesmo no ano de 2000. No censo de 2010, os indicadores, por setores censitários, traziam informações sobre a questão racial, enquanto os dados de 2000 essa informação estava indisponível, impossibilitando uma comparação entre os censos e o estabelecimento de inter-relações com renda, por exemplo.

#### **3.1. Evolução dos indicadores sociais nas últimas décadas.**

A cidade de Campos dos Goytacazes, situada na mesorregião Norte Fluminense, possui uma densidade populacional de 114,65 hab./km<sup>2</sup>, contando com 463.731 habitantes, de acordo com o Censo de 2010. Por meio da tabela 1, notamos que o município teve um acréscimo populacional de 8% entre os anos de 1991 a 2010 e de

8% entre 2000 e 2010. Nos mesmos períodos, a população urbana aumentou 15% e 13%, respectivamente, ao passo que a população rural encolheu 27% e 36%, respectivamente.

**Tabela 1** - População Total, por Gênero, Rural/Urba - Município - Campos dos Goytacazes - RJ

<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% do Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% do Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% do Total (2010)</b>
Total	376.496	100	407.118	100	463.731	100
Masculina	183.660	48,78	196.779	48,33	223.259	48,14
Feminina	192.836	51,22	210.339	51,67	240.472	51,86
Urbana	317.981	84,46	364.177	89,45	418.725	90,29
Rural	58.515	15,54	42.941	10,55	45.006	9,71

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

Com isso, aumentou o grau de urbanização do município, que atingiu mais de 90% da população residente no espaço urbano. Nos últimos três censos populacionais, notamos um pequeno aumento percentual da população feminina, que é a maioria, e diminuição do percentual da população masculina.

Ao tratarmos a estrutura etária do município, (tabela 2), percebemos que, no período analisado, uma grande parcela da população (68,75%) encontra-se na faixa 15 a 65 anos, seguida por 23% de jovens com menos de 15 anos. Grande parte da população se caracteriza como economicamente ativa, quer dizer, que está inserida no mercado de trabalho ou que está à procura de alguma atividade remunerada. Assim como ocorre no padrão da pirâmide etária nacional, a cidade de campos apresenta um crescimento populacional de jovens (a partir de 15 anos) e adultos e, conseqüentemente, um tímido aumento da população idosa.

**Tabela 2** - Estrutura Etária da População - Município - Campos dos Goytacazes – RJ

<b>Estrutura Etária</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% do Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% do Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% do Total (2010)</b>
Menos de 15 anos	119.756	31,81	111.190	27,31	107.288	23,14
15 a 64 anos	236.391	62,79	267.994	65,83	318.833	68,75
População de 65 anos ou mais	20.349	5,4	27.934	6,86	37.610	8,11
Razão de dependência	59,27	-	51,91	-	45,45	-
Taxa de envelhecimento	5,4	-	6,86	-	8,11	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

Porém, o que chama atenção, entre os anos 1991 e 2010, é a razão de dependência que vai de 59,27 da população em 1991 para 45,45 em 2010, ou seja, temos um quadro de uma população que, apesar de estar passando por um processo de um aumento na taxa de envelhecimento, a população mais idosa encontra-se ativa economicamente. Segundo dados do Atlas Brasil, houve diminuição na taxa de atividade da população de acima de 18 anos que corresponde a parcela da população economicamente ativa, passando de 62,34%, em 2000, para 61,38%, em 2010. Contudo, tivemos a diminuição daqueles que se encontravam economicamente ativos e desocupados (14,59% em 2000 para 10,19% em 2010), acarretando uma concorrência cada vez maior no mercado de trabalho.

O Índice de Desenvolvimento Humano, ajustado à realidade dos municípios - IDHM, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi criado para fazer a quantificação do desenvolvimento da população municipal. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) envolve as dimensões de três indicadores: educação, renda e longevidade. A mensuração desses indicadores visa avaliar as condições de se ter “oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda” (PNUD, 2018).

Além de seguir os mesmos padrões de IDH global, o IDHM se adequa à realidade brasileira, seguindo, assim, a disponibilidade dos indicadores. E são utilizados para analisar o desenvolvimento dos municípios, num agrupamento por média geométrica, numa variação que vai de 0 a 1, que pode ser classificado em 5 categorias: Muito Alto, de 0,800 a 1,000; Alto, de 0,700 a 0,799; Médio, de 0,600 a 0,699; Baixo, de 0,500 a 0,599; Muito baixo, de 0,000 a 0,499. A importância do IDHM, em escala menor que o IDH, possibilita analisarmos com mais precisão as questões sociais e econômicas nos municípios.

O Estado do Rio de Janeiro, com 0,727, possui a quarta posição no ranking de IDHM por Estados. O município de Campos dos Goytacazes ocupa a posição 1427<sup>a</sup> entre os 5.565 municípios brasileiros com IDHM. O índice do município apresentou incremento de 0,505, em 1991, para 0,618, em 2000, e 0,716, em 2010, estando dentro da faixa alta de IDHM (PNUD, 2018). Analisaremos, a seguir, os componentes que contribuem para tal classificação (tabela 3). O componente de longevidade foi o que mais colaborou com o IDHM (0,83), seguido por renda (0,715) e educação (0,619). Porém, nas últimas décadas, o componente de educação foi o que mais colaborou para o

crescimento do IDHM, tendo em vista que dobrou sua participação percentual. A inserção de crianças entre 5 e 6 anos na escola é o índice com maior avanço percentual.

**Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Campos dos Goytacazes – RJ**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,318	0,474	0,619
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	33,55	41,76	55,5
% de 5 a 6 anos na escola	51,03	87,83	95,78
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental Regular Seriado ou com fundamental completo	35,91	55,39	77,3
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	22,6	35,7	49,24
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,12	22,53	39,31
<b>IDHM Longevidade</b>	0,658	0,751	0,83
Esperança de vida ao nascer	64,45	70,06	74,82
<b>IDHM Renda</b>	0,617	0,662	0,715
Renda per capita	371,75	490,87	682,59

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

O componente de Educação traz informações sobre aqueles que frequentam ou que já completaram algum ciclo escolar. Segundo dados do Atlas Brasil, entre anos de 1991 e 2010, houve um aumento percentual de 44,75% de crianças de 5 a 6 anos em idade escolar; 41,39% de crianças de 11 a 13 anos com o ensino fundamental; 26,64% de jovens de 15 a 17 com o ensino fundamental completo e 25,19% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio.

Contudo, apesar dos avanços, os indicadores de educação mostram que o município apresenta percentual significativo de jovens com ensino fundamental e médio incompletos, componente que reflete na qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. O número daqueles que ingressam nas escolas é menor comparado àqueles que concluem o ensino fundamental no tempo previsto, remetendo-nos a pensar numa educação para além do quantitativo, de modo a visualizar a dimensão qualitativa, na qual os reflexos vão surgir ao longo dos anos, não apenas na educação, mas em todo desenvolvimento do indivíduo, seja ele inserido no mercado de trabalho, seja exercendo sua condição de cidadão.

Como vimos anteriormente, o indicador de longevidade é um dos principais responsáveis pelo crescimento do IDHM de Campos dos Goytacazes. Trata-se de um indicador que tem a ver com a esperança de vida ao nascer e com as demais taxas de mortalidade e fecundidade, refletindo nas condições de saúde da população (tabela 4).

**Tabela 4 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Campos dos Goytacazes - RJ**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Esperança de vida ao nascer	64,5	70,1	74,8
Mortalidade infantil	36,1	18,2	14,7
Mortalidade até 5 anos de idade	41,3	20,6	16,6
Taxa de fecundidade total	2,4	2,2	2,1

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

Podemos perceber que houve um aumento de 10 anos de esperança de vida ao nascer, saltando de 64,5 para 74,8 anos, entre 1991 e 2010. A mortalidade infantil, que calcula o número de mortes de crianças com menos de um ano por mil nascidos vivos, mostrou uma queda de superior a 50%, ao passo que a mortalidade de até 5 anos de idade reduziu mais de 60%. No mesmo período, caiu a taxa de fecundidade. Considerando a classificação do Datasus, - taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em altas (50 ou mais), médias (20-49) e baixas (menos de 20) -, podemos afirmar que a taxa de mortalidade em Campos dos Goytacazes é considerada baixa, acompanhando as tendências mostradas em países desenvolvidos. Essa melhoria do indicador tem a ver com as políticas de pré-natal, parto e proteção da saúde infantil que foram implementadas.

Quanto à renda, terceiros componentes do IDHM, entre os anos de 1991 e 2010, tiveram a redução de 12% da população que se encontrava em extrema pobreza. Houve, ainda, a redução de 28,54% do percentual de pobres entre 1991 a 2010, sendo 10,26% entre 2000 e 2010 do percentual de pobres que vivem em domicílios particulares permanentes com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140. Em 2010, a renda per capita era de R\$ 682,59, mostrando que, apesar da diminuição do percentual de pobreza, ainda temos um número representativo daqueles que recebem abaixo do valor da renda per capita.

**Tabela 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Campos dos Goytacazes - RJ**

	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita	371,75	490,87	682,59
% de extremamente pobres	15,66	6,47	3,67
% de pobres	42,13	23,75	13,49
Índice de Gini	0,62	0,56	0,55

O componente de renda faz uso de índice de Gini para medir a pobreza. Villaça(2012)<sup>3</sup> depreende como sendo o principal meio de assimilar os processos de segregação e analisar a pobreza. Não obstante, tal indicador é pouco utilizado porque questões como desigualdade não são abordadas com tanta frequência pela mídia, que prefere o termo PIB (produto interno bruto). Segundo informações do IPEA, o Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, “é uma medida menos intuitiva, porém mais abrangente da evolução da desigualdade” (IPEA, 2012). Ele “herda no seu cálculo os pesos da função bem-estar” e tal função nada mais é do que o *PIB per capita* que agrega num único número o “bem-estar individual” ao bem-estar social sem considerar as desigualdades, é apenas a soma de riquezas produzidas.

O índice de Gini é capaz de apontar a diferença entre os rendimentos, comparando os 20% mais pobres com os 20% mais ricos, podendo variar “de 0 a 1: no seu mínimo todos são iguais, e no seu ápice uma pessoa detém todos os recursos da economia” (IPEA, 2012, p.3). Ou seja, quanto mais próximo de zero, maior igualdade absoluta e equidade de renda, ao passo que, quanto mais próximo de um, maior a concentração de riqueza e maior é a desigualdade.

É importante lembrar que a desigualdade de riqueza é diferente da desigualdade de salário, porque a população rica não vive de salário, o que não reflete a desigualdade de riqueza. O Brasil vinha apresentando, desde a década de 1960, uma diminuição do nível de desigualdade. Contudo, vale ressaltar que, ao analisarmos o contexto mundial, o país ainda se encontra num quadro de desigualdade.

O Brasil atingiu em 2011, pela PNAD, seu menor nível de desigualdade de renda desde os registros nacionais iniciados em 1960. Na verdade, a desigualdade no Brasil permanece entre as 15 maiores do mundo, e levaria pelo menos 20 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos Estados Unidos, que não são uma sociedade igualitária. Porém, isso significa que existem consideráveis reservas de crescimento pró-pobre, que só começaram a ser exploradas na década passada (IPEA, 2012, p. 8).

Situação parecida com a que podemos verificar na cidade de Campos dos Goytacazes, onde o índice de Gini vem diminuindo, passando de 0,62, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,55, em 2010. Contudo, vale destacar, como ressalta Villaça

---

3 Vídeo Palestra de PGAU CIDADE - UFSC - Flávio Villaça - Desigualdade Socioeconômica no Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-zIP73X40Y>

(2012), que a redução da pobreza não significa que a desigualdade tenha diminuído, pois se temos a redução da pobreza e o aumento da riqueza, a desigualdade em si ainda se apresenta de forma significativa. A desigualdade de riqueza apresentada pelo índice de Gini, apesar de exibir uma diminuição, não se apresenta de forma acentuada.

Sem essa redução da desigualdade, a renda média precisaria ter aumentado quase 89% entre 2001 e 2011 para que a pobreza tivesse a mesma queda. Mesmo com todo o crescimento dos anos 2000 até agora, no entanto, o aumento efetivamente registrado no período foi de apenas 32%. Ou seja, o crescimento econômico teria de ter sido mais do que duas vezes maior do que o registrado, o que parece muito pouco factível. Na prática, isso significa que, a não ser que o Brasil consiga registrar taxas chinesas de crescimento econômico, nos próximos anos o combate à pobreza dependerá muito mais da redução da desigualdade do que de aumentos da renda média (IPEA, 2012, p. 33).

A redução da desigualdade nos anos 2000 pode ser explicada por fatores como rendimentos de trabalho, que contribuíram com 58% da queda do índice de Gini, enquanto as presenças de auxílios sociais, como a previdência social e o bolsa família, colaboraram com cerca de 32% para a redução. Porém, apesar de sua redução, a desigualdade ainda se faz presente nas grandes cidades e também em cidades médias, podendo ser apresentadas e analisadas por meio de indicadores de exclusão social.

### 3.2. Indicadores de exclusão social por setores censitários.

Por meio dos quatro indicadores (demografia, economia, ambiente e educação), foram selecionadas as principais variáveis (Tabela 6) para entender a espacialização da exclusão social na cidade de Campos dos Goytacazes por setor censitário.

**Tabela 6 - Indicadores e variáveis selecionados**

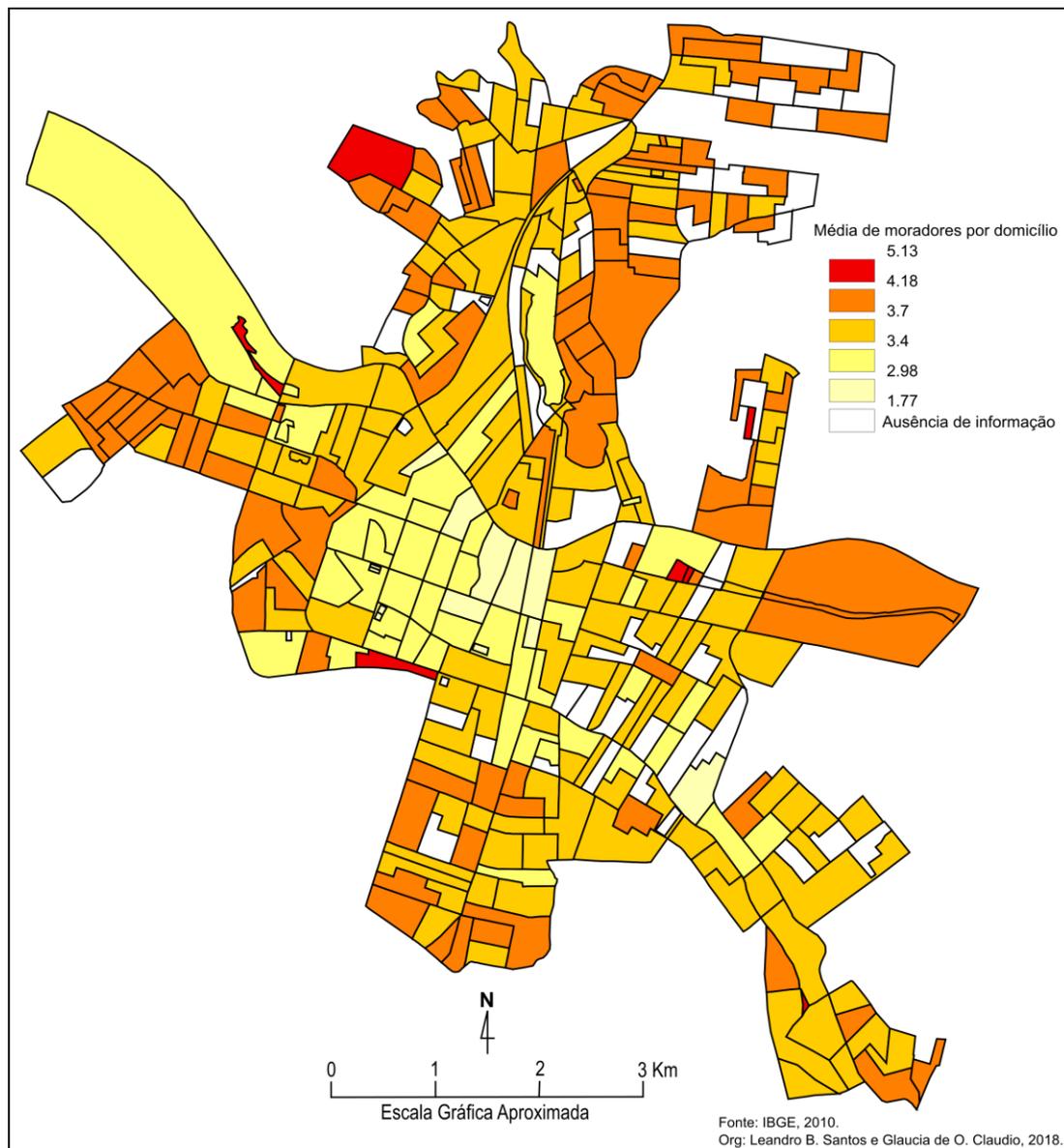
Indicadores	Educação	Ambiente	Economia	Demografia
Variáveis	% alfabetizados de 10 a 14 anos % responsáveis alfabetizados	% domicílios ligados à rede de esgoto % domicílios sem acesso a banheiro % domicílios com quatro ou mais banheiros	% responsáveis de até dois salários mínimos, % responsáveis de até vinte salários mínimos % responsáveis sem rendimento	Média de moradores por domicílio com até aproximadamente cinco moradores

Por conta da grande concentração populacional em alguns bairros e da utilização de coleta de dados por setor censitário, alguns bairros da cidade exibem quatro ou mais setores censitários. Quando analisamos os processos de expansão da

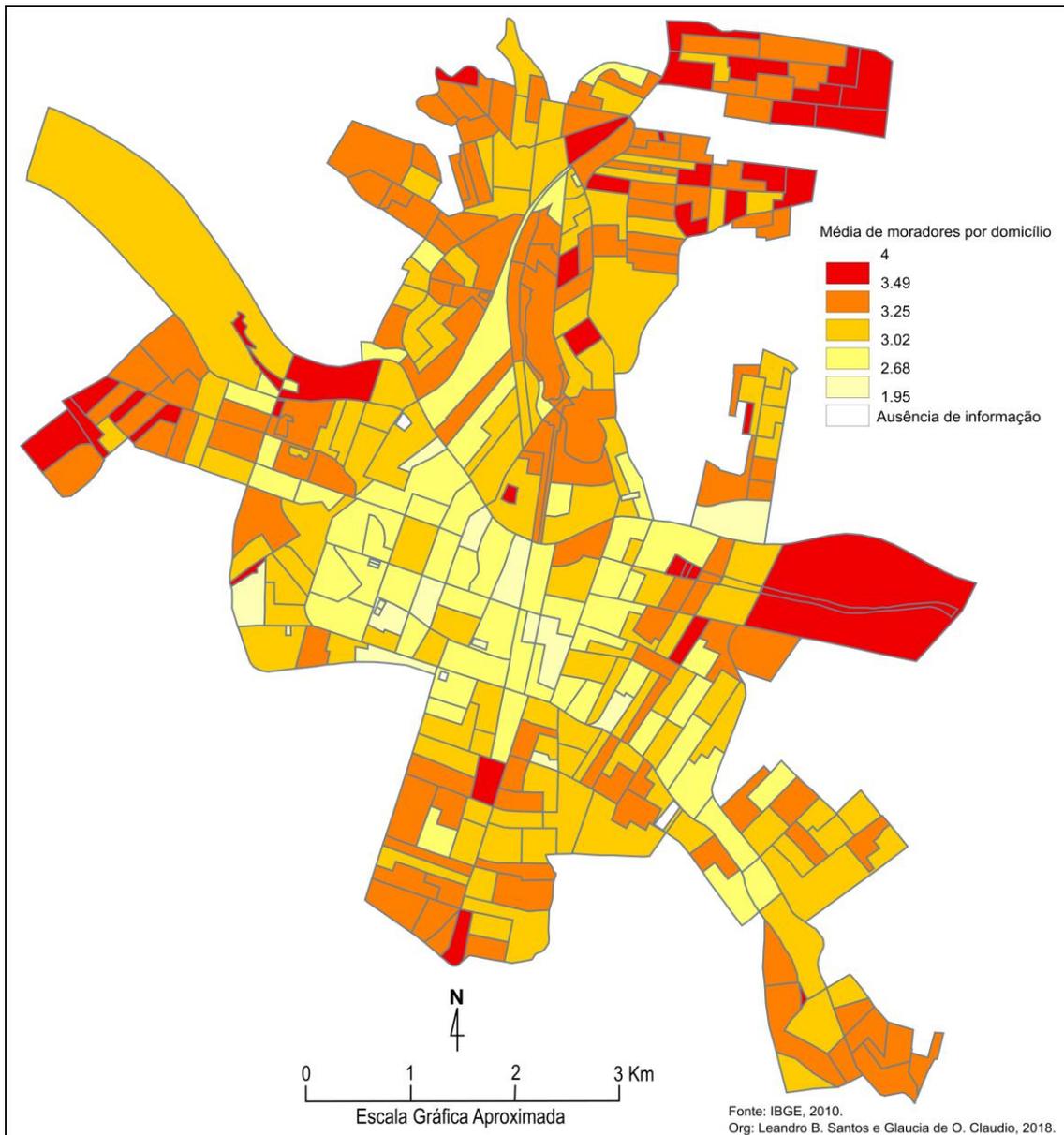
cidade e formação da periferia, notamos um processo permanente que promove a separação de uma classe formada por uma elite, que se instala próximo ao centro principal da cidade, e uma classe menos favorecida que, por conta das heranças históricas advindas de processos como a falência das usinas e da dificuldade de se inserir na área central da cidade, foi levada a se instalar em áreas mais periféricas.

Partiremos do indicador de demografia, com a variável de média de moradores por domicílio (mapa 4 e 5). Podemos perceber, no ano 2000, que os setores com média de até cinco moradores por domicílio estão situados, principalmente, no eixo norte, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, num padrão que vai se intensificar no ano de 2010.

**Mapa 4 -** Indicador de Demografia - Média de moradores por domicílio em 2000



**Mapa 5** - Indicador de Demografia - Média de moradores por domicílio em 2010



Os setores com ausência de informação em 2000 aparecem, em 2010, com média de moradores de 3 a 4 por domicílio. Com certo destaque para o eixo norte da cidade, temos a localização do subdistrito de Guarus que, no ano de 2010, é caracterizado por núcleos familiares numerosos. Trata-se, portanto, de uma área marcada por forte adensamento populacional, e, com a criação de novos setores censitários, o adensamento elevado por domicílio se reafirma. Esse processo é intensificando principalmente onde estão localizados os bairros, Parque São Silvestre, Parque Eldorado, Vila Industrial, Parque Santa Rosa, situados próximos ao limite urbano, nos sentidos norte e noroeste da cidade.

Outro ponto que é possível identificar é a intensificação dessa variável concentração de pessoas por domicílio no sentido a montante do Rio Paraíba do Sul, onde se localizam os bairros Parque Quinze de Novembro, Parque Nova Brasília e Parque Esplanada, que, assim como nos bairros citados anteriormente, encontram-se nos limites na malha urbana da cidade. Assim como na extremidade sudeste, o mesmo padrão se apresenta nos bairros da Penha, Parque do Prado e Parque Bela Vista, situados no sentido do distrito de Goytacazes.

Em contrapartida, percebemos a diminuição da concentração de pessoas por domicílio nos setores censitários situados próximos à área central da cidade, dispostos em bairros mais nobres, tais como Parque Av. Pelinca, Parque Dom Bosco, Parque Sto. Amaro e Parque Tamandaré. Vale destacar que a média de moradores por domicílio que ocupam o centro da cidade, bem como os bairros situados nas áreas nobres da cidade, varia entre 2 a 3 pessoas, enquanto as demais áreas citadas acima variam na média de 3 a 4 pessoas por domicílio.

Ao adentrarmos para a escala dos setores censitários, percebemos que, dentro de alguns bairros, as variáveis não ocorrem de forma homogênea. Os bairros onde estas divergências são apresentadas são eles Parque Guarus, Parque Cidade Luz, Parque Prazeres, Parque Vicente Dias, Parque Riachuelo e Horto. Dos seis bairros, quatro deles estão situados ao norte. O que vemos é que o contingente populacional da cidade de Campos não segue o padrão apresentado pela área central, principalmente na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Essa porção da cidade apresentava, no ano de 2000, uma média de até 5 moradores por domicílio e, no ano de 2010, tal média ainda permanecia elevada.

No indicador de economia (mapas 6 e 7), utilizamos variáveis que examinam a distribuição salarial, tendo como base o salário mínimo. No ano de 2000, o salário mínimo era de R\$151,00 reais<sup>4</sup>, enquanto no ano de 2010 o salário mínimo era de R\$510,00reais<sup>5</sup>. A variável de responsáveis com até 2 salários mínimos mostra que, no ano de 2000, havia presença de oito setores com aproximadamente 92% de responsáveis com rendimento nesta situação ao norte da cidade, em comparação com o eixo sul, com sete setores. Vale ressaltar a falta de informação de setores, ao norte da cidade, no senso de 2000. No ano 2010, esses mesmos setores censitários apresentaram, de maneira expressiva, percentual entre 60% e 88% aproximadamente de responsáveis com até dos

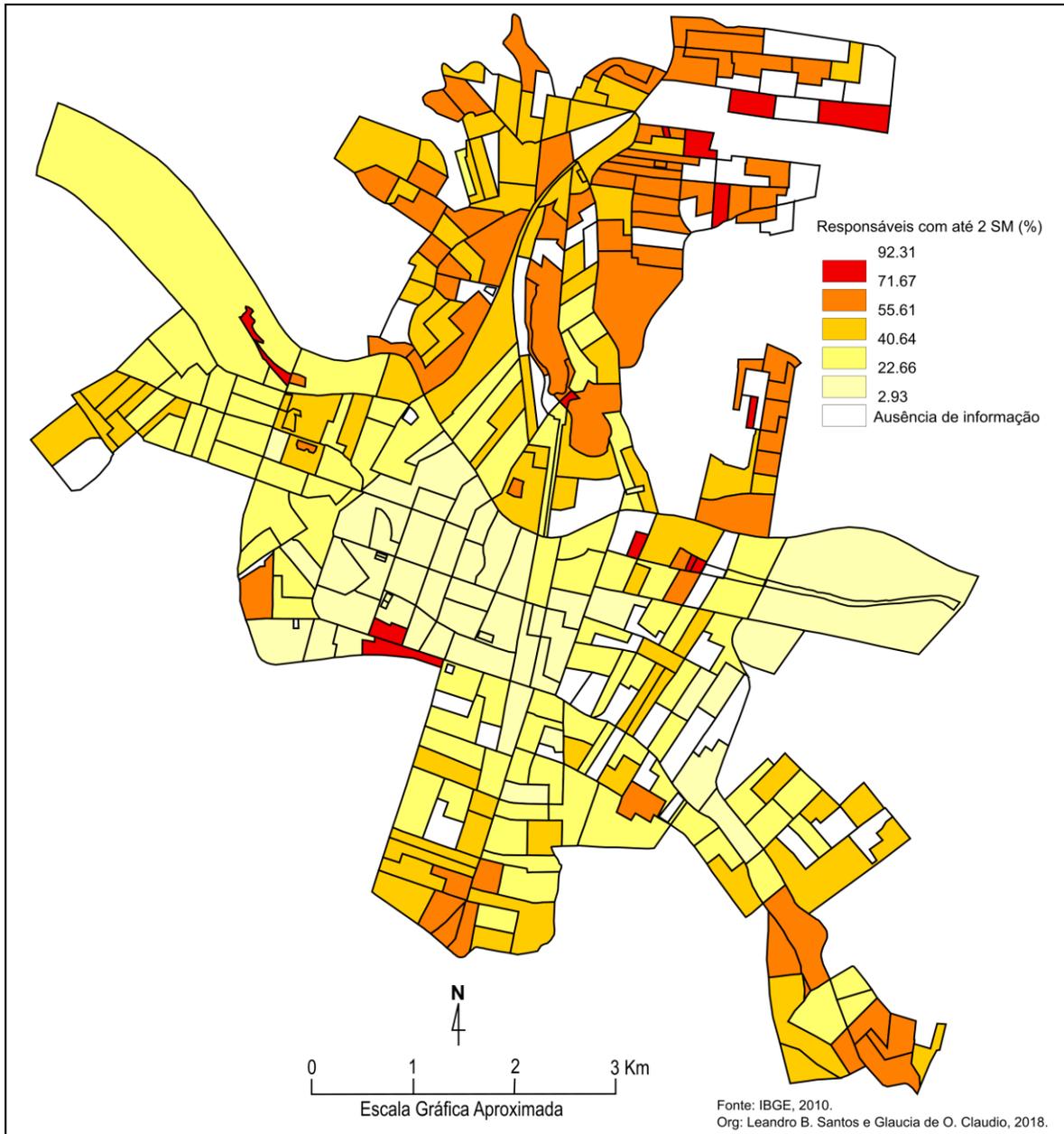
---

<sup>4</sup>MP 2019 de 23/03/00 e 2019-1 de 20/04/00 Convertidas na Lei nº 9971, de 18/05/2000.

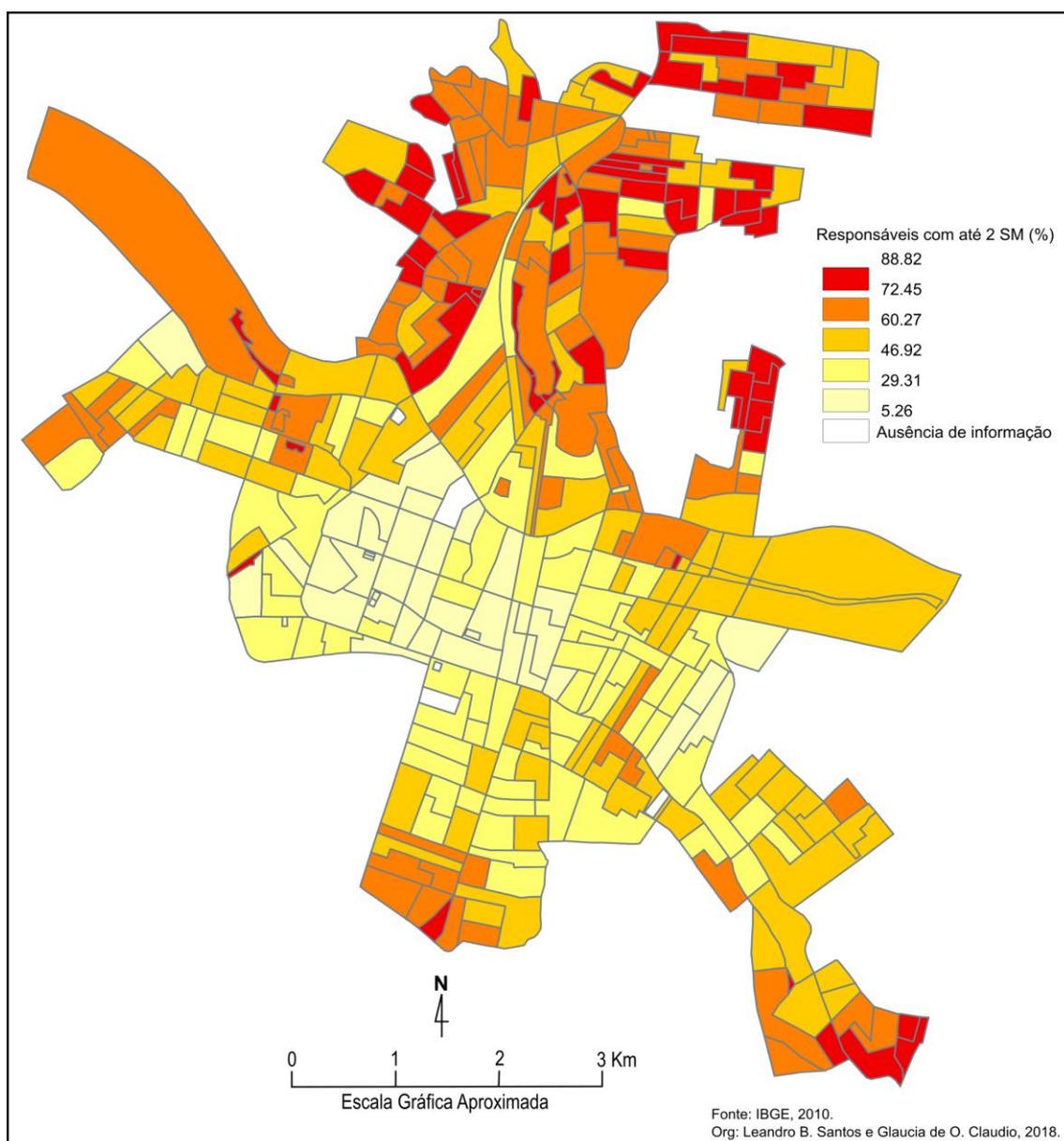
<sup>5</sup>Lei nº 12.255, de 15.06.2010

salários mínimos, reforçando a tendência de concentração de pessoas com baixo rendimento.

**Mapa 6** - Indicador de Economia - Responsáveis com até 2 SM no ano de 2000



**Mapa 7 - Indicador de Economia - Responsáveis com até 2 SM no ano de 2010**

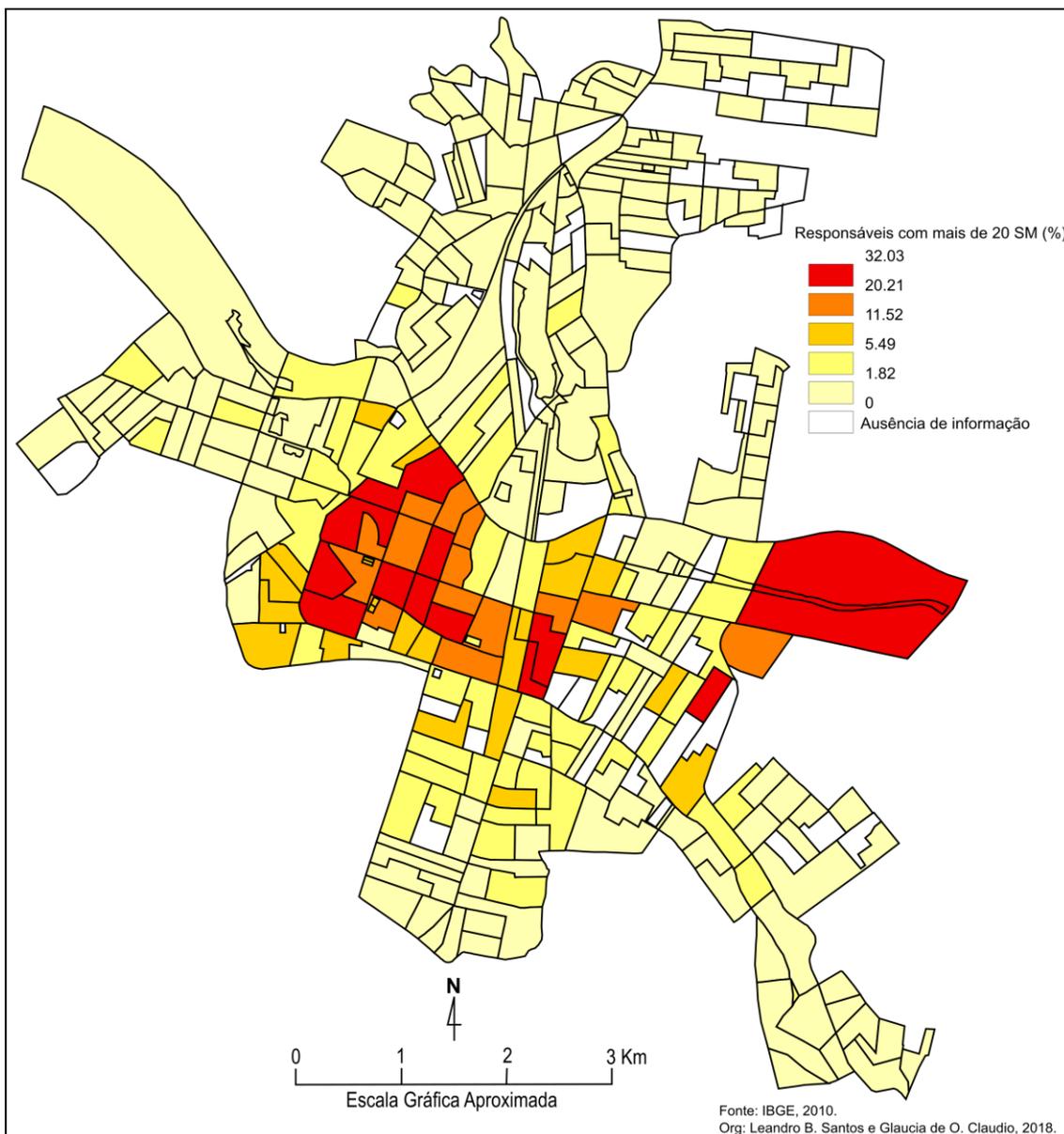


São nestes espaços situados ao norte onde estão parte relevante da população trabalhadora da cidade. Quando analisado juntamente com o indicador anteriormente apresentado, podemos perceber que estes são compostos por famílias de baixa renda, levando em consideração ao tamanho de núcleos familiares numerosos. Destacando os bairros que apresentam discrepância de setores correspondentes à variável de responsáveis com até dois salários mínimos, temos Parque Guarus, Parque Cidade Luz, Parque Prazeres, Parque Novo Mundo, Parque São Domingos e Penha.

Outro indicador importante corresponde aos responsáveis com mais de 20 salários mínimos (mapa 8 e 9), ou seja, aqueles que recebiam mais de 3 mil reais por

mês no ano de 2000 e mais de 10 mil reais por mês no ano de 2010. É importante analisar esse indicador, porque ele permite que tenhamos melhor noção de onde estão aqueles que recebem mais de 20 salários mínimos, mostrando concentração numa pequena parcela da cidade, principalmente ao redor do eixo central.

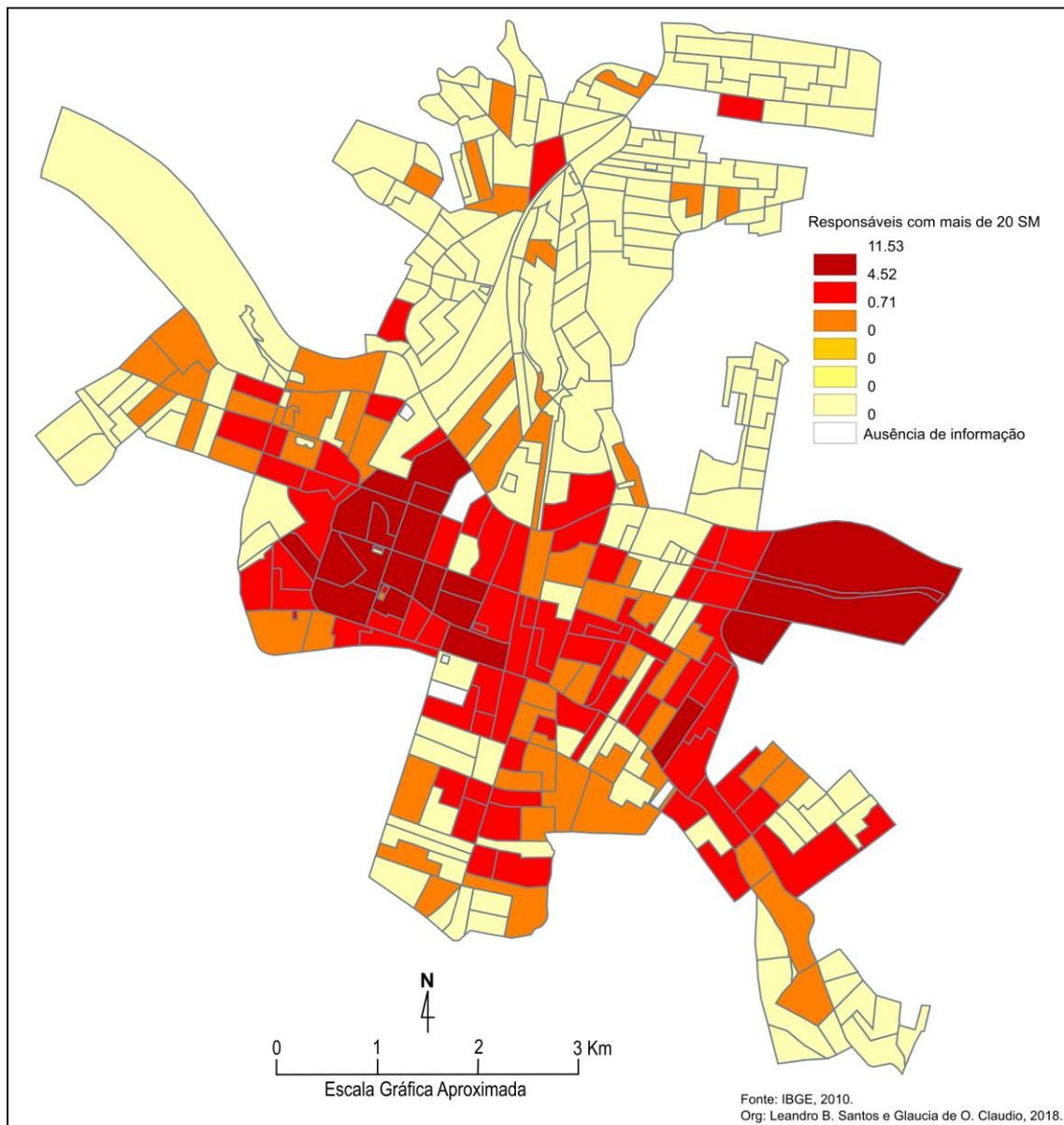
**Mapa 8 -** Indicador de Economia - Responsáveis com mais de 20 SM no ano de 2000



Se olharmos isoladamente, poderemos notar a concentração no eixo central da cidade no ano de 2000. Quando comparamos com o indicador de demografia, vemos que são as mesmas áreas onde a média de moradores por domicílio varia de 1 a, no máximo, 3 pessoas. Sendo assim, os setores que apresentam núcleos familiares pequenos são os mesmos que apresentam o percentual de vai de 11% a 32% de

responsáveis que recebem mais de 3 mil reais. Enquanto isso, as demais áreas, com o percentual de até 5% de responsáveis, não podem ser caracterizadas como sendo parte de uma elite campista, levando em consideração que são setores censitários em que os núcleos familiares variam de 3 a 4 moradores por domicílio no ano de 2000.

**Mapa 9** - Indicador de Economia - Responsáveis com mais de 20 SM no ano de 2010



A mudança significativa que ocorre ao fazermos a comparação dos censos de 2000 e de 2010 se dá em função do importante papel desempenhado pela bacia de Campos na economia da cidade de Campos dos Goytacazes. A intensificação da exploração de petróleo contribuiu para alavancar, direta e indiretamente, o mercado de trabalho, de tal modo que muitos chefes de famílias foram inseridos nessa dinâmica.

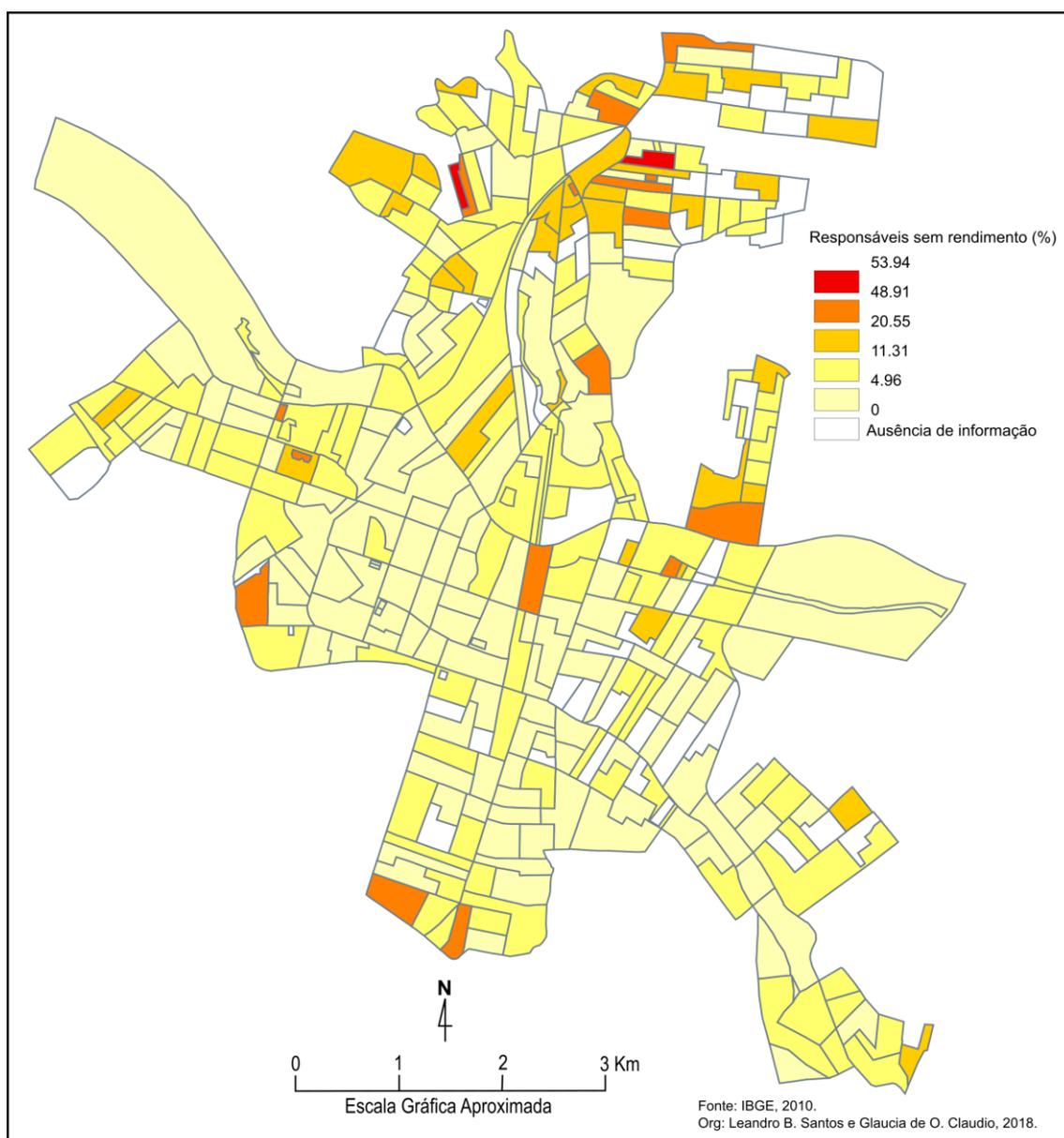
Além disso, Campos dos Goytacazes também passa a ser polo universitário de grande relevância regional no Estado do Rio de Janeiro, bem como um importante centro de serviços de saúde. Estas duas atividades, somadas à dinâmica do comércio e dos serviços, contribuíram para atrair mão de obra especializada oriundas de outros Estados, que viam na cidade de Campos a oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal.

Vemos que apesar de haver o crescimento de outras áreas, o padrão do ano de 2000 se apresenta da no ano de 2010, marcando as mesmas áreas com elevado percentual de responsáveis com mais de 20 salários mínimos. A diferença é que este padrão se tornou ainda mais concentrado no ano de 2010, tendo em vista que apenas aproximadamente 12% dos chefes de família recebiam mais de 20 salários mínimos por mês. O que ocorreu, de fato, foi uma maior concentração da renda.

Podemos notar, também, que no eixo norte aparece alguns setores de forma isolada com percentuais que variam de 0,71% a 4,52%. Isso traz, mais uma vez, a questão da discrepância dos setores censitários dentro de alguns bairros da cidade. Novamente, destacam-se o Parque Guarus, o Parque Eldorado, o Parque Fundão e o Parque Vicente Dias. Vale lembrar que tal situação não caracteriza estes bairros na sua totalidade, tratam-se apenas de casos isolados que não vão ao encontro da realidade da maioria dos chefes de família que estão situadas nestes bairros.

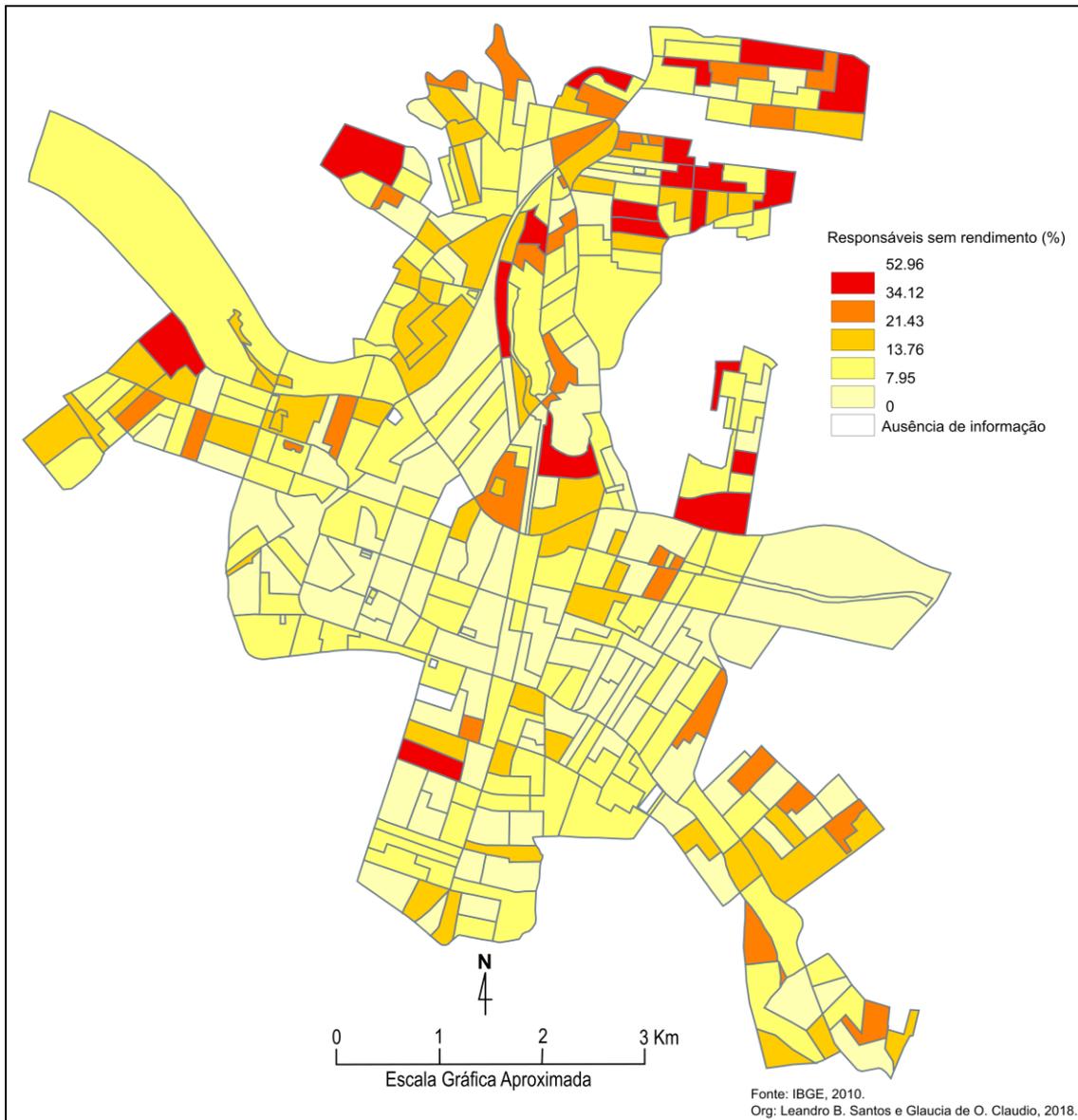
Outra variável dentro de indicador de economia que merece ser analisada é a que apresenta responsáveis por domicílio sem rendimento (mapa 10 e 11). Essa variável mostra responsáveis por domicílios que não estão inseridos no mercado de trabalho formal e que sequer logram renda no mercado informal. Novamente, no ano de 2000, o eixo norte se destacou quanto a esse indicador, por apresentar setores que variaram entre 11% a 53% de responsáveis sem rendimento, com destaque, principalmente, para Parque Guarus e Parque Bandeirante, nos quais havia setores com percentuais próximos de 53%.

**Mapa 10 - Indicador de Economia - Responsáveis sem rendimento em 2000**



E, no ano de 2010, destacam-se os bairros de Parque Prazeres, Parque Industrial, Parque São Silvestre, Parque São Mateus Parque Santa Rosa e Parque Cidade Luz, situados à margem esquerda do rio. Na margem direita do Rio Paraíba do Sul, temos os bairros Parque Pecúria e Parque Rosário. São os bairros que, apesar de não apresentarem no ano de 2000 setores com 53% de responsáveis sem rendimento, que aparecem no ano de 2010.

**Mapa 11 - Indicador de Economia - Responsáveis sem rendimento em 2010**

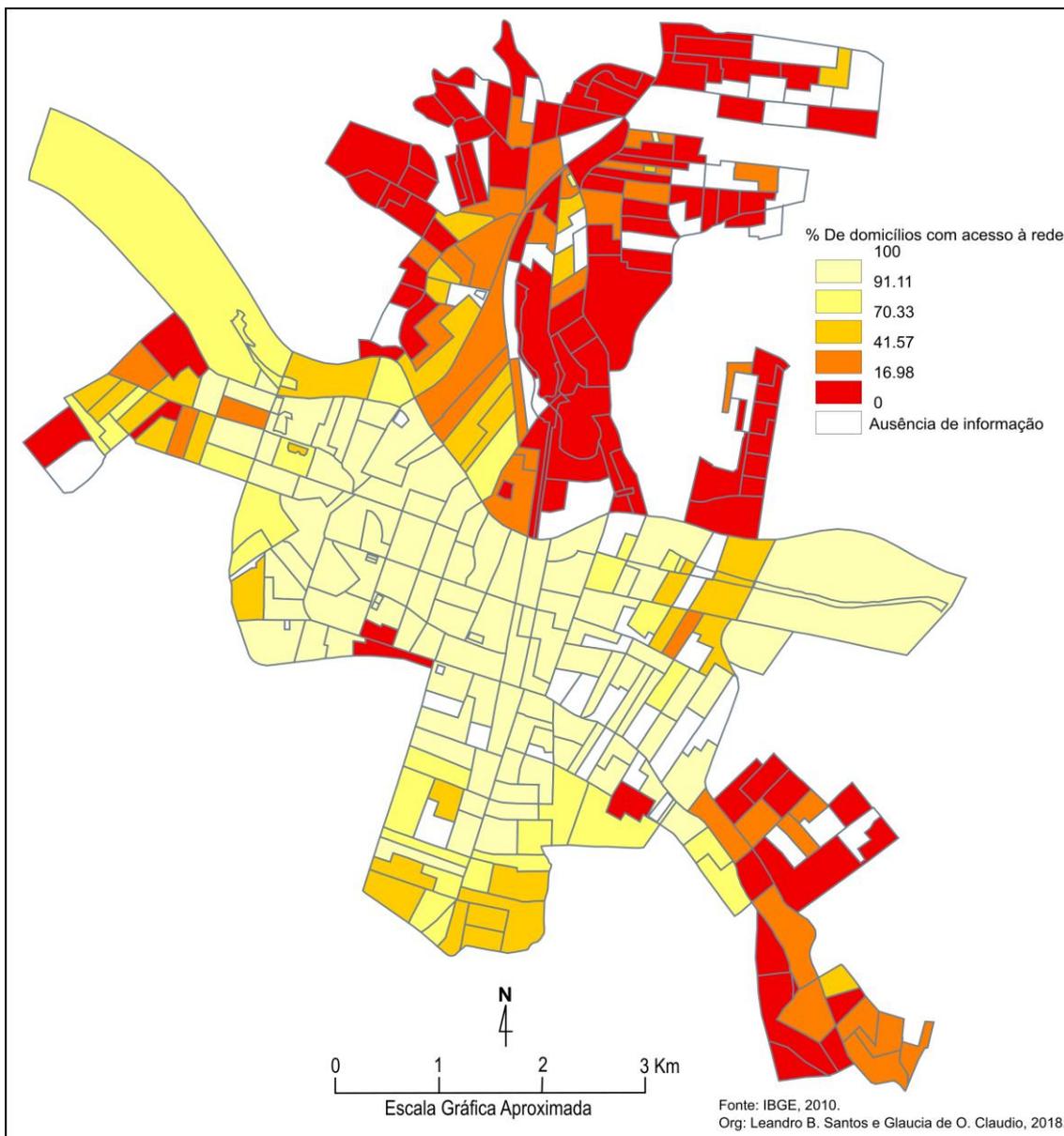


Portanto, o uso destas variáveis do indicador de economia, torna-se de extrema importância na identificação de um dos principais processos de exclusão social, o desemprego, destacado por Singer (1999). Isso nos mostra que, apesar do importante papel econômico e dinamismo que a cidade ganhou nas últimas três décadas, por conta da expansão das atividades relacionadas à exploração de petróleo e de atividades econômicas de comércio e serviços, a distribuição da riqueza no espaço intraurbano foi extremamente desigual. O que se apresenta na malha urbana da cidade é a desigualdade de salários, que são baixos ou inexistentes para uma grande parcela da população.

No indicador de ambiente, a variável de domicílios ligados à rede de esgoto (mapas 12 e 13) mostra quais são as localidades que têm recebido atenção de políticas

pública no que tange o acesso a um serviço básico e crucial para uma cidadania digna, bem como as áreas caracterizadas pela deficiência desse serviço.

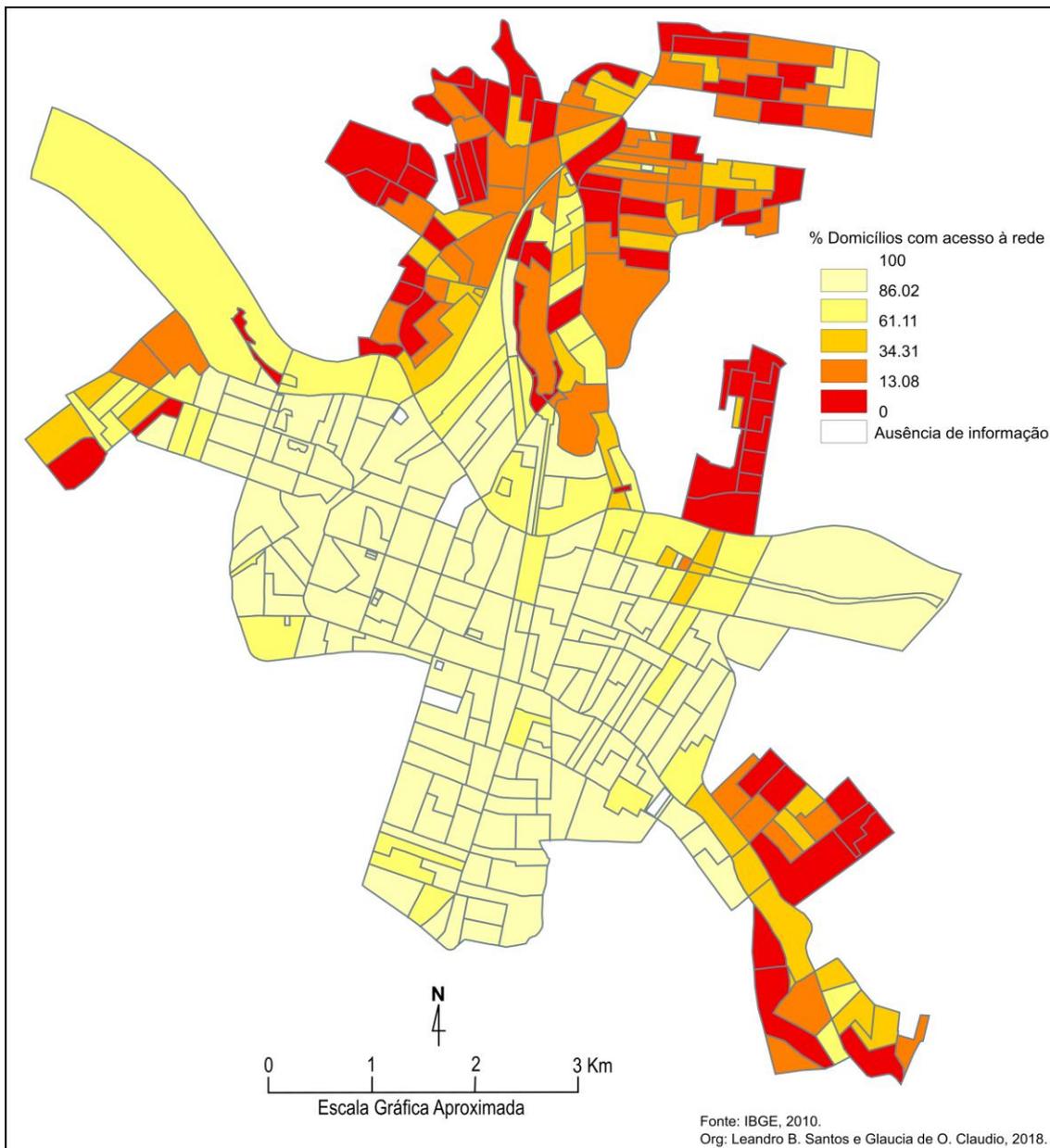
**Mapa 12** - Indicador de Ambiente - Domicílios com acesso à rede de esgoto ano de 2000



Podemos perceber, no mapa 12, referente ao ano 2000, certa concentração do serviço de acesso à rede de esgoto na margem direita do Rio Paraíba do Sul, em que grande parte dos setores próximos a área central exibem de 90% a 100% de acesso a esse serviço. Na margem esquerda, a falta de acesso à rede de esgoto apresenta deficiência em boa parte dos setores. O que chama atenção é que esta falta de acesso não vai ser visível apenas nos limites da malha urbana, na qual poderíamos entender

como sendo áreas em expansão. O que temos notado é a falta ou o baixo acesso a rede de esgoto, que está presente em 41% dos domicílios em todo eixo norte no ano de 2000.

**Mapa 13** - Indicador de Ambiente - Domicílios com acesso à rede de esgoto no ano de 2010

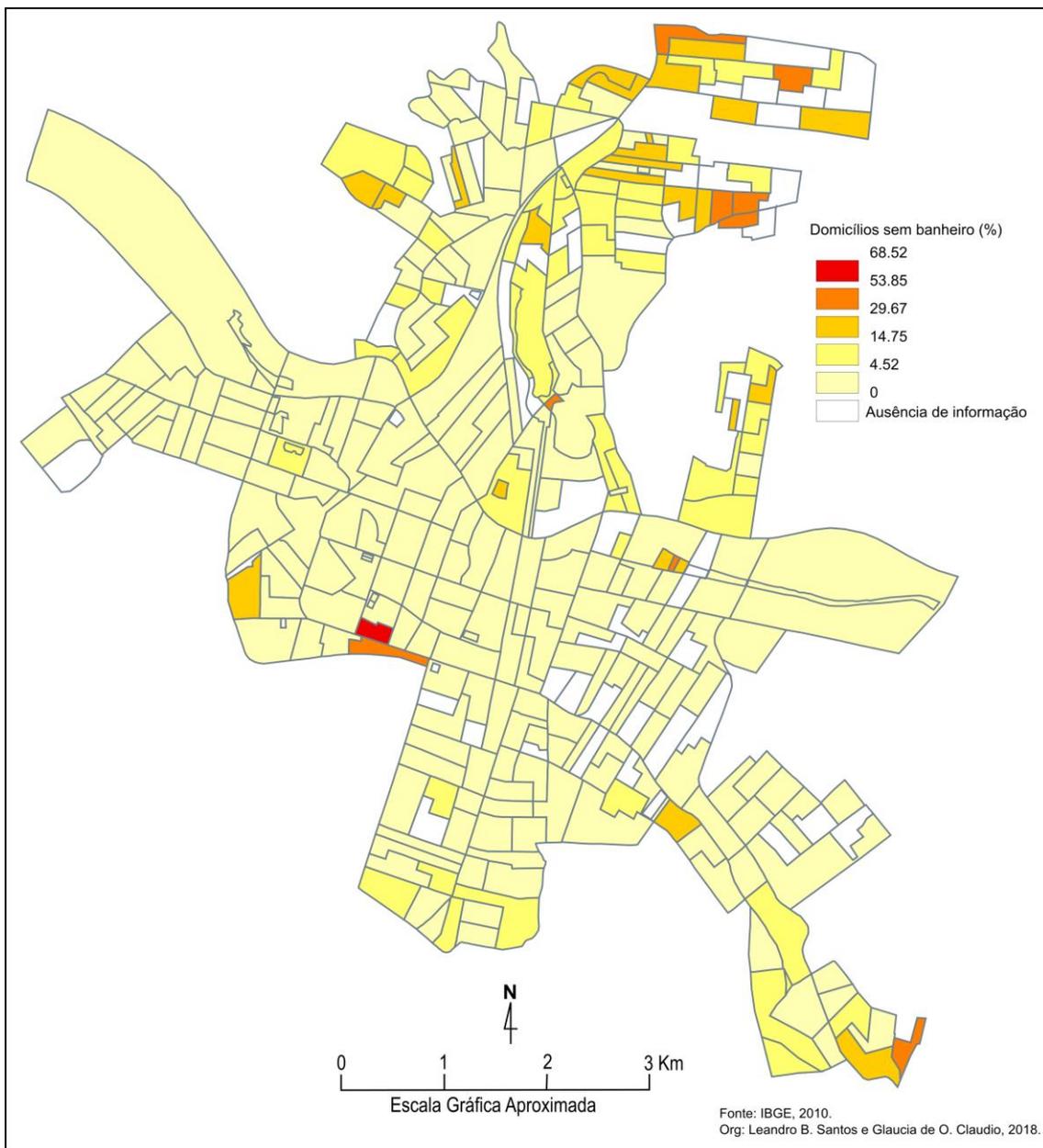


No ano de 2010, houve um aumento de acesso à rede de esgoto no eixo norte, mas a falta de acesso ainda se mostrou significativa nos bairros Parque Prazeres, Parque Guarus, Parque Cidade Luz, Parque São Silvestre, Parque Eldorado e Vila Industrial, cujos setores censitários atingem, no máximo, de 86% de domicílios com acesso. Podemos destacar o bairro de Parque Prazeres que, apesar de sua proximidade física com o eixo central da cidade, apresenta apenas um setor com 34%, enquanto os demais

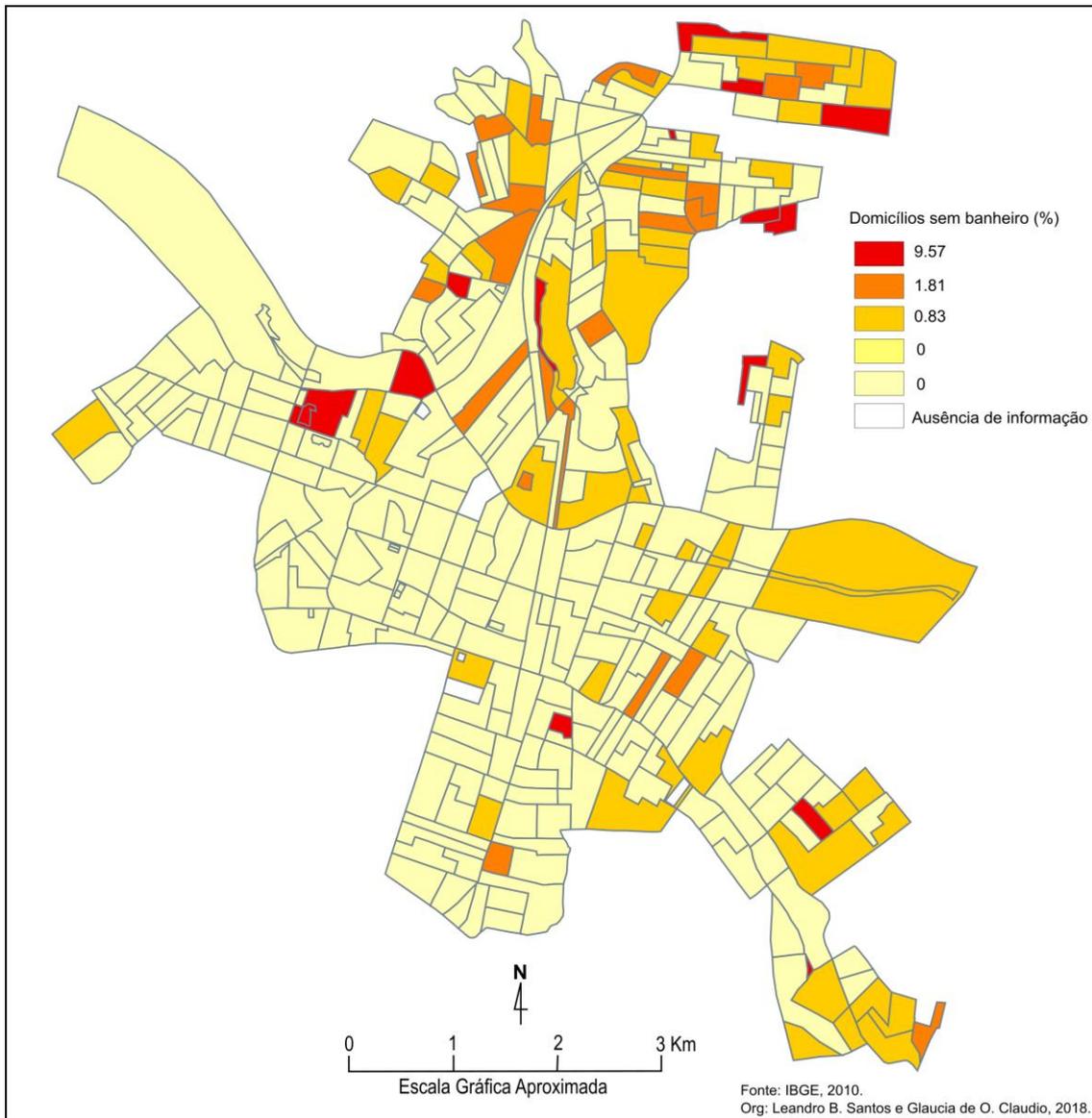
não possuem acesso à rede, assim como também o bairro de Parque Cidade Luz, onde todos os setores exibem falta de acesso, com efeitos na saúde da população.

A variável domicílios sem acesso a banheiro ajuda a identificar onde estão os domicílios que se encontram em situações precárias (mapa 14 e 15). A variável varia de 4% a 53% no ano de 2000. São os mesmos setores que mostram ausência de acesso à rede de esgoto e que, no ano de 2010, apesar da diminuição de 58% de domicílios sem acesso a banheiro, a variável se apresenta de forma significativa se considerarmos que estão situadas em setores com média 3 a 4 moradores de baixa renda.

**Mapa 14** - Indicador de Ambiente - Domicílios sem acesso a banheiro no ano 2000



**Mapa 15 - Indicador de Ambiente - Domicílios sem acesso a banheiro no ano 2010**

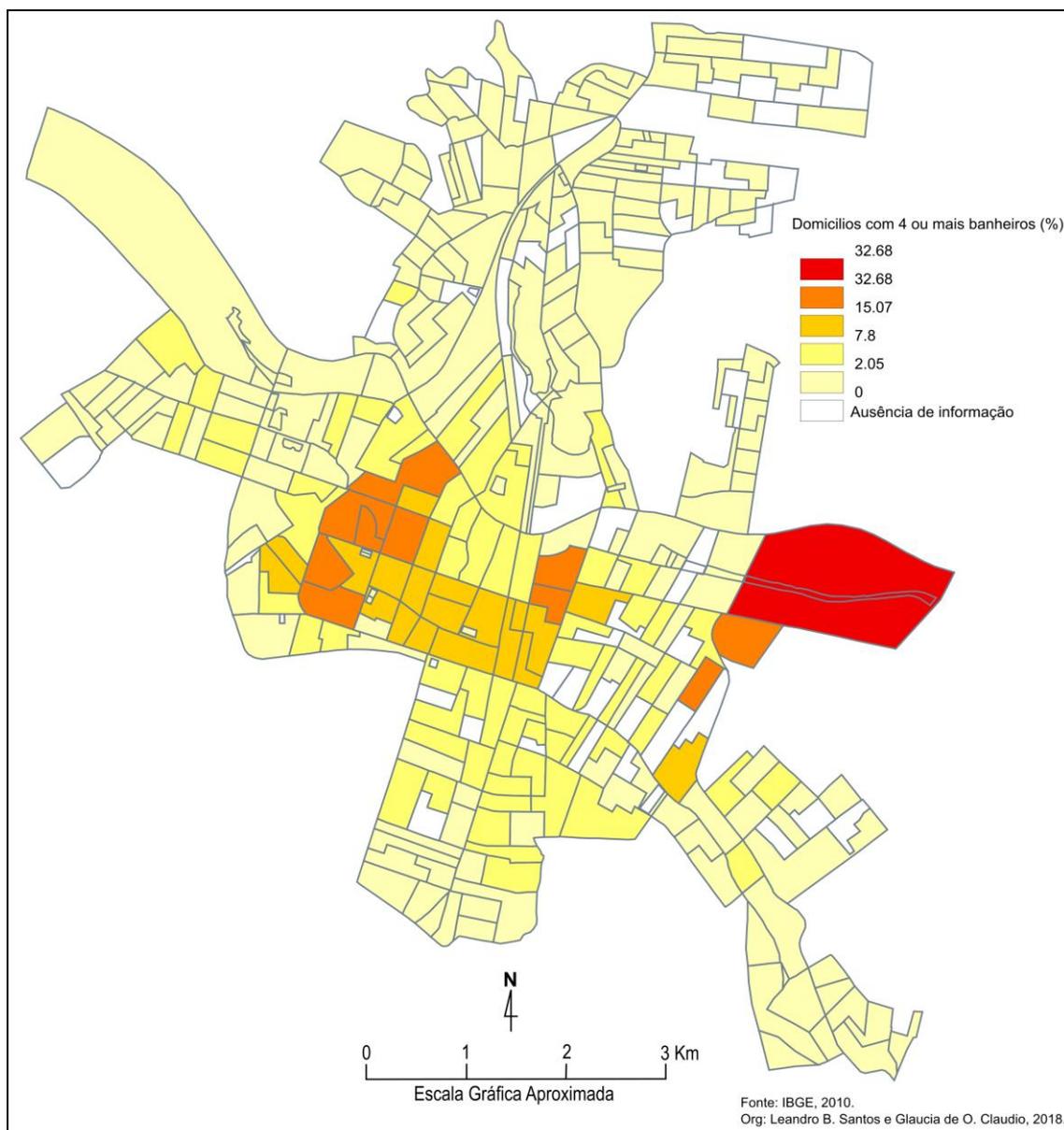


Com a tardia atenção dada ao eixo norte da malha urbana da cidade em planos urbanísticos iniciais ainda nos anos 1940, esta porção norte encontrou-se excluída de projetos urbanísticos com acesso à rede de esgoto. Este processo de exclusão aparece na cidade no censo de 2000 e, mesmo havendo o aumento percentual no ano de 2010, chama atenção que o eixo norte ainda apresenta setores censitários com percentual que vai de 14% a 66% de domicílios sem ligação à rede de esgoto. Os setores com baixo acesso à rede de esgoto se sobrepõem àqueles com domicílios com maior número de pessoas e menor poder aquisitivos.

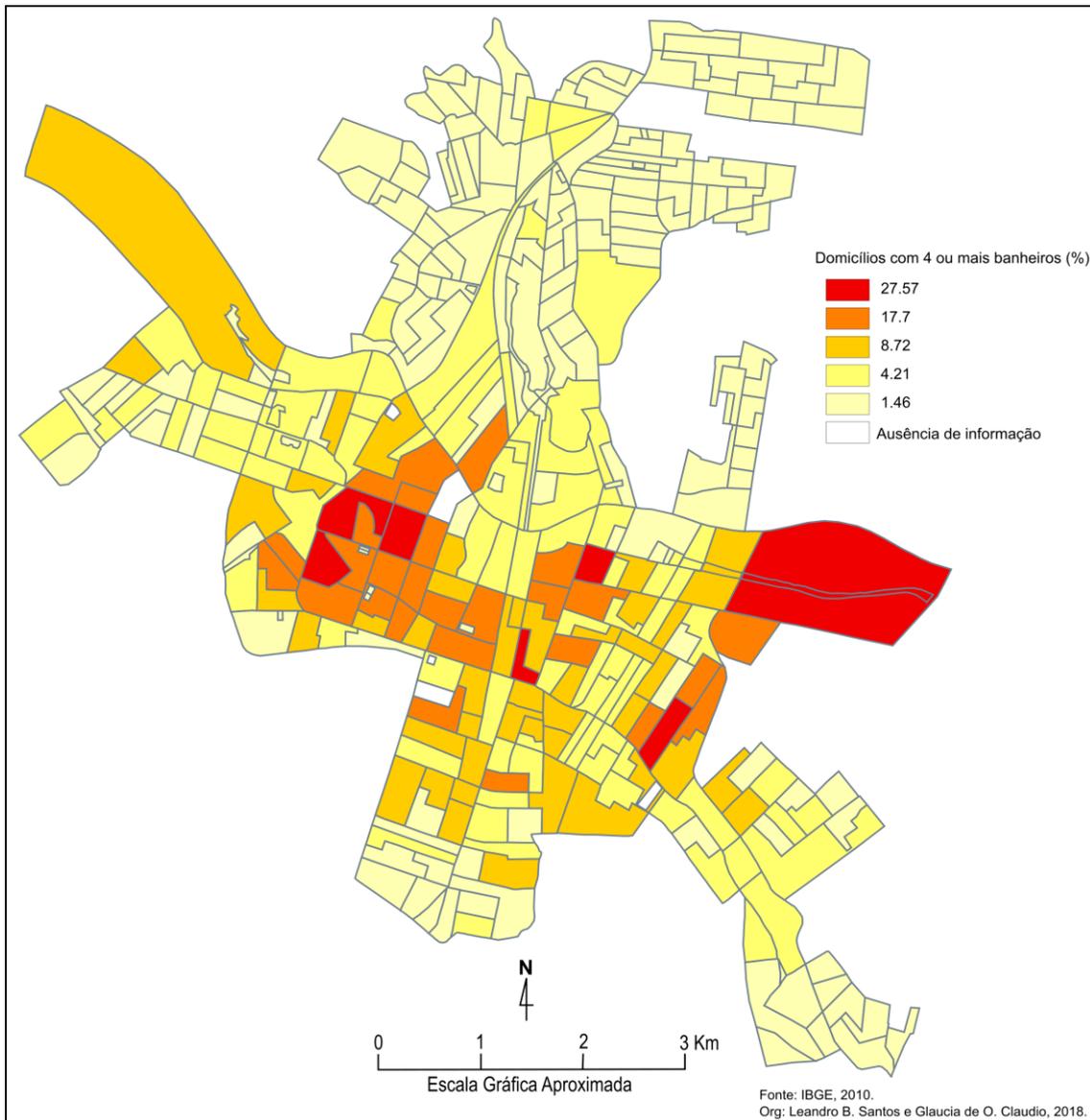
Para compreender a exclusão através deste indicador de ambiente, precisamos entender que aqueles que estão excluídos desse acesso, ou seja, aqueles que não

recebem do poder público a totalidade de um serviço básico, estão na vertente oposta daqueles que concentram o acesso ao serviço de saneamento e vivem em condições domiciliares mais favoráveis com domicílios com 4 ou mais banheiros (mapa 16 e 17). Essas áreas nobres da cidade, no ano de 2000, estavam concentradas próximas ao centro da cidade, nos bairros Parque Avenida Pelinca, Parque Tamandaré, Jardim Maria Queiroz. A diferença de 2000 para o ano de 2010 pode ser notada pela presença deste padrão dos domicílios com 4 ou mais banheiros situados em setores mais dispersos, na margem direita, entre 8 a 17% de domicílios.

**Mapa 16** - Indicador de Ambiente - Domicílios com 4 ou mais banheiro no ano 2000



**Mapa 17 - Indicador de Ambiente - Domicílios com 4 ou mais banheiro no ano 2010**

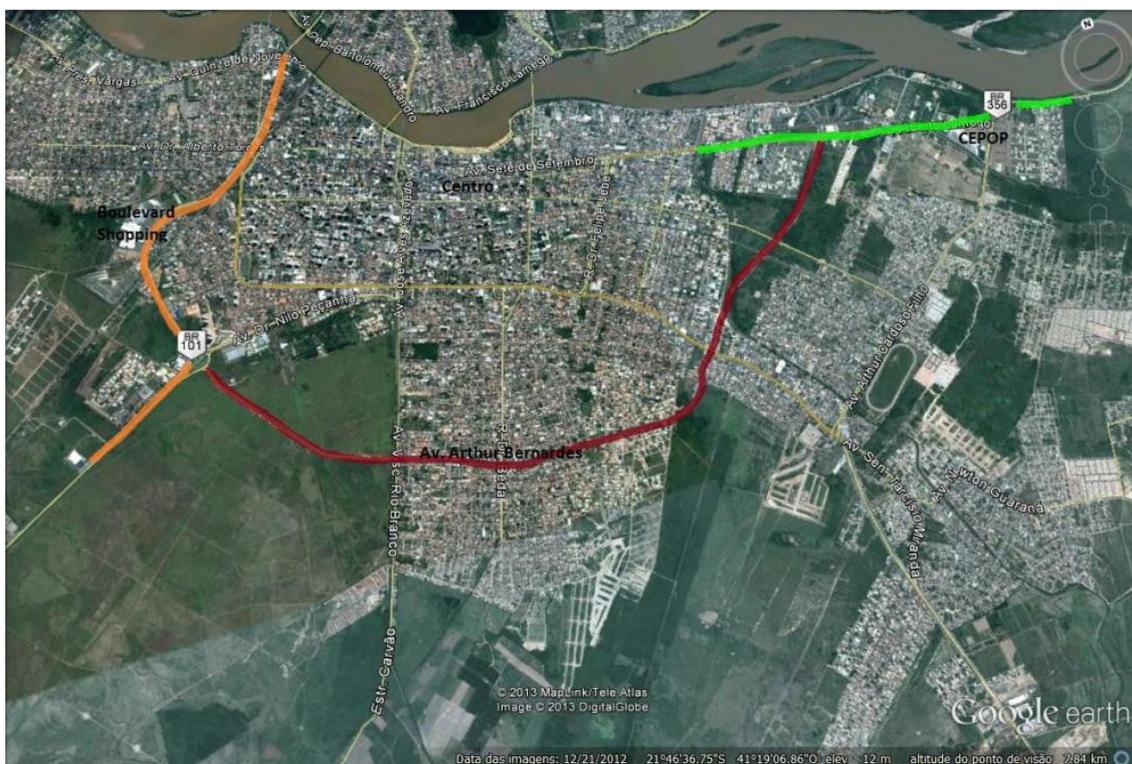


Isto podendo ser atribuído à forte atuação de setor mobiliário nas últimas décadas. Nesse período, temos a construção da Avenida Arthur Bernardes, que se tornou “um corredor de investimentos imobiliário” tanto em relação aos condomínios verticais, como também os condomínios horizontais, de alto-médio padrão, formados no “arco de valorização fundiária” (figura 3), abrangendo os segmentos leste e sudoeste da cidade.

e nos seus interstícios desenvolve-se uma pluralidade de ocupações: edifícios de apartamentos de variados padrões, com destaque para o surgimento de empreendimentos de mais de 6 pavimentos no bairro Flamboyant; ampliação da ocupação unifamiliar de bairros residenciais por segmentos de renda média, como o Alphaville II; ampliação e diversificação das atividades comerciais etc. Observa-se, dessa forma, um dinamismo crescente em bairros tradicionais como Parque Aurora e IPS e a sinalização do início desse

processo no bairro do Jockey, contíguo ao bairro Flamboyant (GOMES, 2015, p. 40).

**Figura 3 - Arco de Valorização Fundiária**



**Fonte:** GOMES, 2015.

Isso nos leva a pensar que não foram apenas processos passados, presentes no início da expansão urbana, que levaram os investimentos públicos a buscarem atender a elite política e econômica. Alguns investimentos recentes ainda privilegiam áreas centrais da cidade ou eixos de expansão e valorização fundiária, marcados por forte especulação imobiliária, além de bairros mais afastados da área central, geralmente condomínios horizontais, por conta da atuação conjunta com os investimentos públicos de saneamento e infraestrutura urbana. Enquanto isso, as áreas que não estão inseridas no arco de valorização fundiária da cidade acabam sofrendo com a precariedade dos investimentos públicos em serviços fundamentais, como educação, saúde, segurança pública, mobilidade urbana.

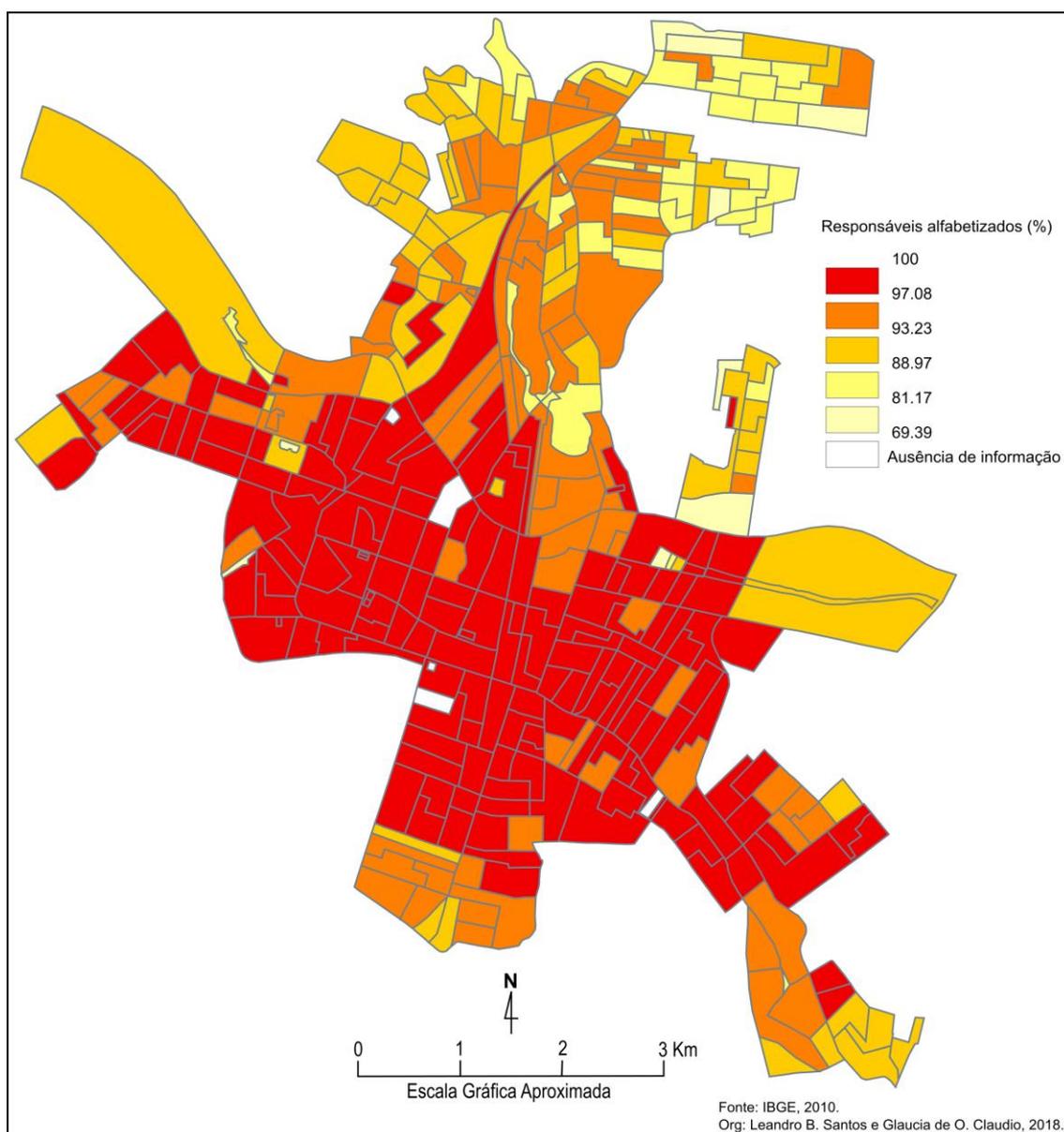
Quanto ao indicador de educação, com a variável de responsáveis por domicílios alfabetizados (mapas 18 e 19), no ano de 2000, o eixo norte da cidade é marcado pela forte concentração de baixa escolaridade de responsáveis por domicílio, cujos chefes possuem poucos anos de estudo. Esse padrão de baixa escolaridade dos chefes de família no norte da cidade se mantém no ano de 2010, sendo possível notar, ainda, a

mesma tendência nos setores com ausência de informação no ano de 2000. Alguns setores censitários exibiram até 97% no ano de 2010. Podemos notar também que, em alguns setores, houve a melhora desta variável, como Parque Santo Antônio, Parque São Mateus.

**Mapa 18 - Indicador de Educação - Responsáveis alfabetizados no ano 2000**



**Mapa 19 - Indicador de Educação - Responsáveis alfabetizados no ano 2010**

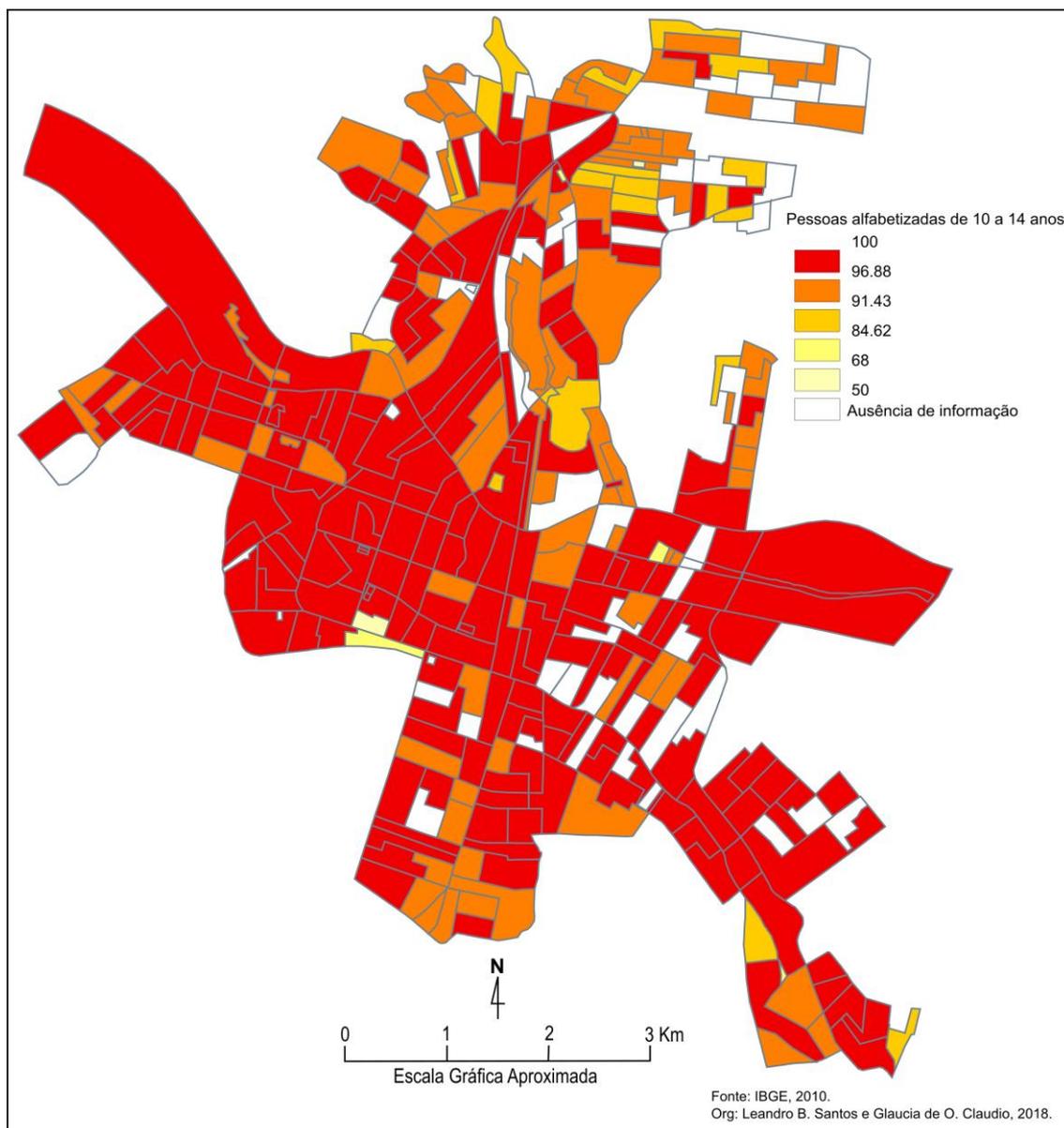


E o que chama atenção é que, nos setores mais distantes, ocorreu a diminuição desse indicador, com destaque para os bairros Cidade Luz, Parque Guarus e Parque Prazeres, Penha, que apresentavam, no ano de 2000, setores com aproximadamente 95% dos responsáveis alfabetizados. No ano de 2010, houve uma redução de 2% de responsáveis alfabetizados, além de manter o padrão de discrepância de setores. Houve setores que apresentaram uma redução de 3%, sobretudo aqueles situados nos bairros Parque Bonsucesso e Parque Zuza Mota.

Outra variável que merece ser analisada no indicador de educação é a de jovens alfabetizados (mapa 20 e 21) O que podemos perceber é que esta variável segue o

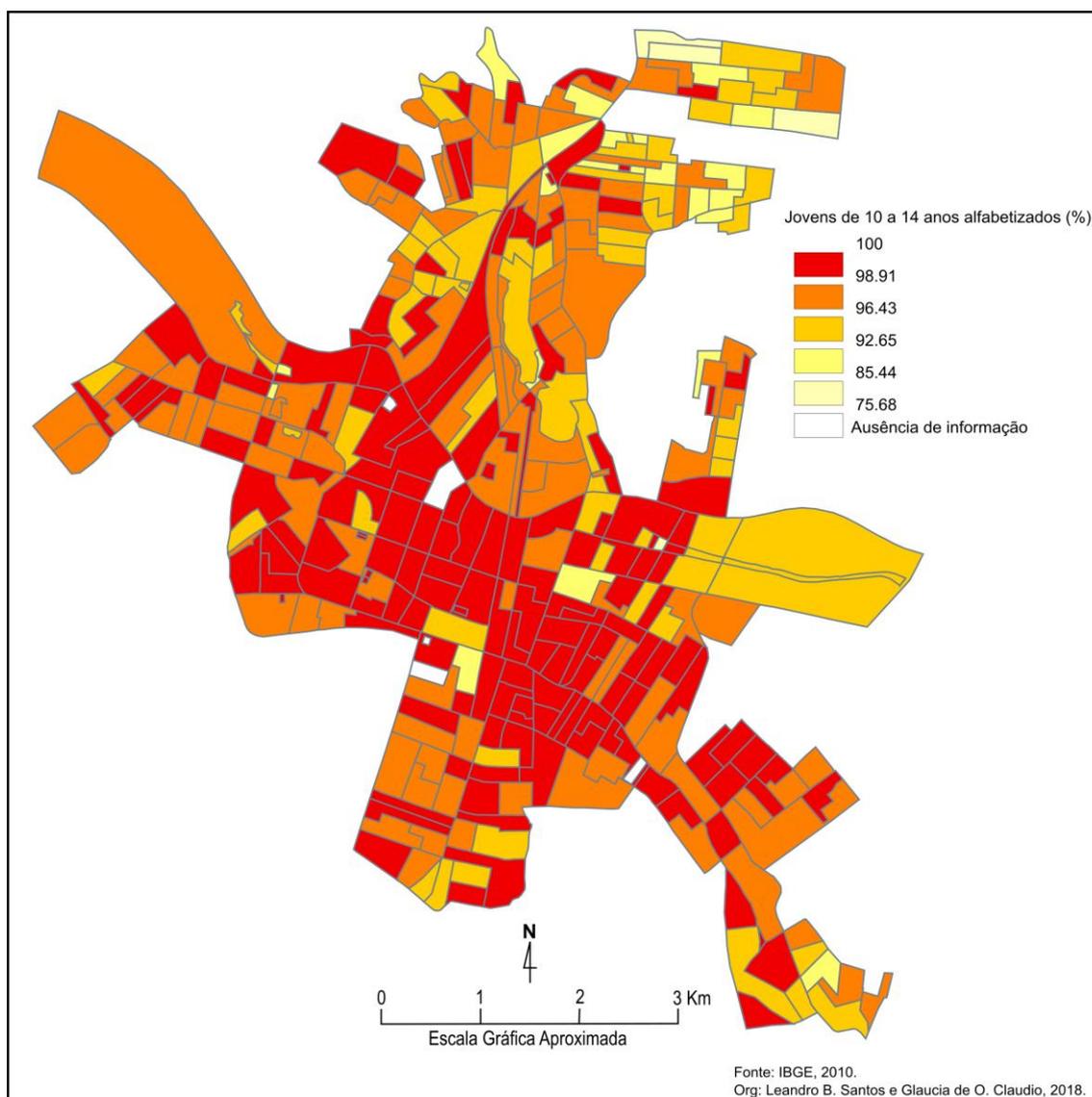
mesmo padrão da variável anterior, marcando o baixo índice de alfabetizados ao norte. No ano de 2000, é prevalente o número de setores com até aproximadamente 97%, enquanto o eixo sul é marcado por uma grande quantidade de setores com até 100% de jovens de 10 a 14 anos.

**Mapa 20** - Indicador de Educação - Jovens de 10 a 14 anos alfabetizados no ano 2000



No ano de 2010, houve o oposto do percentual de responsáveis alfabetizados, marcando o aumento de 3% do percentual de jovens de 10 a 14 anos alfabetizados, como é o caso do bairro Barrão do Rio Branco. Os setores que apresentam a diminuição de percentual de jovens alfabetizados podem ser localizados nos bairros Parque São Silvestre, Parque Eldorado Vila Industrial, Parque Santa Rosa e Parque São Domingos.

**Mapa 21** - Indicador de Educação - Jovens de 10 a 14 anos alfabetizados no ano 2010



O que chama atenção nesta variável é que, ao analisarmos juntamente com o índice de criminalidade, notamos que as áreas que apresentam o baixo percentual dos jovens alfabetizados são as mesmas que apresentam violências contra jovens e adolescentes. Vemos, ainda, que a concentração de baixa escolaridade situada nos bairros citados acima condiz com as áreas de homicídios de jovens e adolescentes, onde se concentram 19% (figura 4) dos homicídios na cidade de Campos dos Goytacazes. Isso remete a condições de segurança pública, mas principalmente a falta de políticas públicas no que tange ao envolvimento dos jovens com a educação.

**Figura 4 -** Áreas de homicídio de jovens e adolescentes, Campos dos Goytacazes



**Fonte:** Instituto de Segurança Pública apud perfil campos 2018.

Grande parte dos setores censitários situados mais ao norte a cidade é marcada por índices elevados de ausências de toda sorte, como acesso à rede de esgoto, banheiros nos domicílios, baixa escolaridade dos chefes de famílias e de jovens, baixa ou ausência de renda, número elevado de pessoas por domicílio, entre outras. Ou seja, quando falamos em exclusão social em Campos dos Goytacazes, estamos no se referindo a uma sobreposição de diversas ausências, que acometem as condições de existência de parcela considerável da população. Principalmente daqueles que residem a margem esquerda do rio Paraíba do Sul e também daqueles que residem nas franjas do tecido urbano considerando porção localizada na margem direita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o que temos visto no Brasil é um aumento de desigualdade que tem se apresentado não apenas nas grandes cidades, mas também em cidades médias onde há banalização das desigualdades, levando uma grande parcela da sociedade à condição de exclusão. Dados divulgados pelo IBGE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), indicam que a fatia da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos atingiu 43,3% no ano de 2017, ao passo que a renda dos 10% mais pobres atingiu 0,7% da massa de rendimentos. Depois de mais de uma década de redução das desigualdades, baseada na valorização do salário mínimo, geração de postos de trabalho formais, ampliação do Programa Bolsa Família, entre outras, temos assistido ao seu incremento, no bojo da reorientação das políticas macroeconômicas, com desmantelamento das políticas sociais.

Esta exclusão envolve valores culturais e discriminações que não estão, necessariamente, ligados à pobreza e desigualdade social; estas são, na verdade, fontes para que haja exclusão social. A exclusão pode então ser analisada não apenas pelo destaque em cada indicador, mas ela é apresentada quando se é feita a junção dos indicadores que analisam as dinâmicas que ocorrem no espaço de forma conjunta. E, mesmo dentro de cada indicador, as variáveis presentes são capazes de mostrar informações além de números quando analisadas juntamente com o contexto em que todo o espaço se apresenta.

Além disso, o resgate histórico nos permite identificar que todo processo de formação espacial ocorre de alguma forma intencional, como pudemos verificar na formação da cidade ainda no século XVI e também com a implementação de planos urbanísticos que moldaram a expansão urbana. Ou seja, há todo um contexto ideológico – Guarus/Campos - que leva à marginalização do eixo norte da cidade, num pensamento que, apesar de assumir novas características discursivas, ainda permanece presente até os dias atuais, contribuindo para que a exclusão continue a existir.

Podemos perceber que os processos de exclusão social não ocorrem de forma homogênea tanto na escala da cidade como também dentro dos próprios bairros, com a presença de discrepâncias de setores, em que vemos os traços dessa exclusão social, principalmente no lado norte do rio. Vale ressaltar que tal processo não ocorre de forma

homogênea, por conta da forte atuação do setor imobiliário na cidade, que tem contribuído para a desigualdade socioespacial.

Se fizermos uma sobreposição dos indicadores, notaremos que os mesmos setores que apresentam baixos percentuais de responsáveis alfabetizados são aqueles que apresentam famílias numerosas, com baixa renda e sem acesso a rede de esgoto. Esses setores estão situados no Parque Eldorado, Parque Guarus, Parque Prazeres, Parque Cidade Luz, Vila Industrial, Parque São Silvestre, entre outros, situados ao norte da cidade de Campos dos Goytacazes. Que vão além de apresentar um forte grau de exclusão perante a cidade, também apresentam exclusão de indicadores dentro dos próprios setores.

A discussão da exclusão social permite, não só analisar os impactos que circundam a desigualdade, senão também identificar as matrizes excludentes e como ela influencia na vida das pessoas e nas formas como os grupos interagem uns para com os outros. Além disso, permite identificar quais áreas sofrem com a falta de serviços, como saneamento, escolas, segurança, a fim de auxiliar na contribuição de políticas públicas, a partir do momento em que se tem uma visão clara de onde estão situadas as áreas que merecem um retorno mais urgente de serviços públicos. Sendo assim, trata-se de um conceito que merece ser estudado e reconhecido pela própria população, pois a partir do momento que o sujeito se reconhece como excluído de algum serviço ou de algum direito, é que o mesmo passa a adquirir voz para lutar pelo seu espaço como cidadão e não mais apenas como consumidor, mas sim como possuidor de consciência de classe.

## REFERÊNCIAS

ACRUCHE, Roberto Pinheiro. "A Minha Terra também faz parte da História do Brasil" Disponível em: <http://paulonoelfilho.blogspot.com.br/> Acesso em: 18 de Março de 2017.

ASSIS, Renan Lubanco. "Morador de Guarus": categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.15, n. 45, p. 28-38, dezembro de 2016 ISSN 1676-8965.

ATLASBRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Perfil Campos dos Goytacazes – RJ**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/> Acesso em: 26 de Junho de 2018.

BRENNER, N.; PECK, J. e THEODORE, N. (2012). Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 15-39.

CARVALHO, E. **Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(128). [ISSN: 1138-9788]

CONTI, Eliane França; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Os vazios urbanos versus a função social da propriedade: o papel do plano diretor da cidade de Campos dos Goytacazes. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, p. 151-169, 2014.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Konrad Adenauer Stiftung, 1993. Disponível em: <http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Politica%20%20Pedro%20Demo.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2018.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. **CD-ROM dos Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio Grande do Norte, Natal, 2000**.

\_\_\_\_\_. Projeto de modernização e mudança da morfologia social e urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 novos equipamentos e infra-estrutura urbana. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001**

\_\_\_\_\_. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 115-122, 2015.

\_\_\_\_\_. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. **ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, p. 4778-4799, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1575/1211> Acesso em: 10 de dezembro, 2017.

FERREIRA, K. B.; RODRIGUES, M. F.; GODOY, A. L.C.; ALIPRANDI, D.C.; OLIVEIRA, F. das N de. Instrumentos legais que contribuem para a exclusão de grupos em vulnerabilidade social e econômica em Campos dos Goytacazes **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v.1, n.1, 2, jan./jun., 2016. Disponível em: [http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path\[\]=111](http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path[]=111) Acesso em: 10 de dezembro, 2017.

GOMES, M.A.S. A Produção e a Valorização Desigual do Espaço Urbano em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma Análise das Ações do Estado e dos Promotores/Incorporadores Imobiliários. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFES** Janeiro-Julho, 2015 ISSN 2175 -3709 Páginas de 28 a 41.

HAESBAERT, R. **Precarização, reclusão e “exclusão” territorial**. Terra Livre. Goiânia. Ano 20, v. 2, n. 23 p. 35-52 Jul-Dez,2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=33&dados=1> Acesso em: 12 de setembro, 2017.

IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. **São Paulo: Paulus**, v. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. A sociedade vista do abismo. **Petrópolis: vozes**, 2002.

MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. Editora Unesp, 2010.

PNUD. **O que é IDHM**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html> Acesso em: 25 de Junho de 2018.

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **PERFIL 2018**. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/newdocs/1542233062PERFILCAMPOS2018.pdf> Acesso em: 14 de Novembro de 2018.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. **Rio de Janeiro: Record**, v. 174, p. 25, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1988.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo. Contexto, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Cidade do México, n. 54, p. 114-139, ago. 2004b. Disponível em: [http://www.igeograf.unam.mx/sigg/utilidades/docs/pdfs/publicaciones/inves\\_geo/boletines/54/b54\\_art427.pdf](http://www.igeograf.unam.mx/sigg/utilidades/docs/pdfs/publicaciones/inves_geo/boletines/54/b54_art427.pdf) Acesso em: 20 de abril de 2018.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. 194f. 2009. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.